

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	10		

SR. ROGÉRIO SAMIR RIBEIRO – Boa tarde a todos, gostaria de cumprimentar a Mesa na pessoa do nosso Presidente, Deputado Joe Valle, e do nosso Secretário de Desenvolvimento Econômico, Antônio Valdir Oliveira Filho, muito obrigado pela presença, pela força que tem nos dado e pelas portas que nos tem aberto na Secretaria de Desenvolvimento Econômico. Gostaria de parabenizar todos os Deputados que estão nos ouvindo e abrindo as portas desta Casa, porque esta Casa também é do setor produtivo, de todo cidadão brasileiro. Com todo respeito ao Deputado da nossa cidade da Ceilândia, muito obrigado e um grande abraço de todo o setor produtivo de Ceilândia a todos os Deputados que estão imbuídos e conscientes dos problemas de todos os cidadãos que adquiriram um programa do Pró-DF em sua vida, principalmente os pequenos.

Esse projeto de lei que foi elaborado com a participação de todo o setor produtivo, dos grandes, dos pequenos e dos médios, e que chegou a esta Casa atenderia mais ou menos de 15% a 20% das empresas que hoje estão com problemas de receber suas escrituras e que já apresentaram atestado de implantação e aquelas que já receberam suas escrituras e não conseguem a liberação porque estão travadas no prazo de cinco anos. Quando elas assinaram o contrato com a Terracap, o que prevalecia era o que os governos anteriores tinham colocado, que era o período de três anos a ser cumprido. Na mudança de governo, os contratos que já tinham sido assinados não foram respeitados.

Então, esse projeto de lei era para corrigir esse decreto assinado que pegou todo mundo de surpresa. Empresas que já cumpriram suas obrigações precisam da sua escritura liberada para pegar empréstimos, para continuar fazendo investimentos, para continuar pagando suas obrigações, gerando seus empregos e pagando seus impostos, mas não conseguem fazer isso. Ficamos gratos também porque, após a apresentação desse projeto de lei, surgiu a ideia da apresentação de emendas – a Deputada Telma Rufino e o Deputado Robério Negreiros têm apresentado – no sentido de atender não só os grandes, 15% a 20% que, nesse momento, estão aptos a receber as suas escrituras, mas também os pequenos e médios empresários desta cidade.

Gente, eu, como presidente de associação e tendo participado de associações do setor produtivo, venho acompanhando esse Pró-DF há uns 15 anos, e todo tipo de notícia que vocês possam imaginar ou não já aconteceu nesses programas: empresários perderam suas famílias, empresários perderam suas esposas, empresários se suicidaram. Deputados, é uma coisa absurda.

Eu acho que poderíamos aproveitar essa grande oportunidade que estamos tendo e realmente fazer um projeto de lei, Presidente Deputado Joe Valle, que resolva o problema de todos os empresários que entraram nesse programa, do pequeno, do micro, do médio ao grande empresário, aqueles que estão produzindo, aqueles que não têm condições de produzir mais, aqueles que estão tentando produzir, aqueles que não conseguem mais produzir, porque já perderam suas empresas, já perderam

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

seus patrimônios, já perderam carro, já perderam mulher, já perderam filho, já perderam a vida.

Então, esse projeto tem que olhar desta forma, com muita atenção. São empresários que já tiveram seus lotes tomados, são empresários que tiveram lotes licitados sem terem sido comunicados, são empresários que tiveram seus lotes comprados por especuladores que voltavam a bater na sua porta para oferecer o seu lote para compra. Tudo quanto é tipo de coisa nesse programa já aconteceu.

Então, eu acho que esta Casa tem uma grande responsabilidade e está nos dando uma grande oportunidade de estarmos falando como é que isso realmente funciona. Nós estamos lá, no dia a dia, em nossos setores de indústria, convivendo com cada empresário, pequeno, médio, grande, sabemos do problema de cada um. Temos empresários que não têm condições de tocar a sua empresa, mas já pegaram todo seu patrimônio, seu carro, sua bicicleta, sua moto e jogaram lá dentro. Tem empresário que, num governo lá atrás – um tal de Lázaro Marques –, recebeu lote lá no Recando das Emas que nem documento da Terracap tinha, entendeu? Foi dado a toque de campanha. Tem local que não tem liberação de órgão nenhum. Lá no P Sul, é dificuldade com o IBRAM – Instituto Brasília Ambiental, é dificuldade não sei com quem, dificuldade não sei com quê. São vários setores dessa forma.

Então, eu acho que tem que pegar agora de uma forma que resolva tudo. Tem empresário que não tem mais condições, a sua empresa está fechada. Tem que ter uma solução. Vai colocar em licitação, para o especulador chegar lá, comprar, mandar o outro bater na porta dele: “Estou aqui, comprei o seu lote, você quer pagar? É tanto!” Tem que ter uma solução. O cara já investiu o dinheiro dele lá, ele entrou no programa legalmente. Por que é que não tem uma forma de se fazer uma lei para que se possa vender esse lote diretamente para ele? Ele não invadiu o lote, ele entrou em um programa legal.

A gente precisa ver isso. São coisinhas mínimas. Tem gente que quer continuar tocando sua empresa, mas não tem mais condições de gerar os empregos que foram prometidos. Tem a questão da crise, tem uma série de fatores.

A gente agradece essa oportunidade, viu, Secretário Valdir, para que a gente possa olhar. Como a Deputada Telma Rufino falou, lá naquela campanha, naquela reunião em que a gente – todo mundo – participou, no Serejinho, realmente tivemos as promessas. Nenhuma – quase nenhuma – foi cumprida, mas temos as oportunidades lá. Se a gente pegar e colocar no projeto, resolve o problema de muitas empresas.

Colocar dois números de CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica. A pessoa não dá conta de tocar sua empresa, pode colocar um sócio para ajudar, dois CNPJs para tocar a empresa. Então, esse tipo de coisa é que tem que ser olhada com bons olhos para que possa ser resolvido. Fazer uma venda direta para quem não tem mais condições de tocar a empresa, desde que esteja dentro da legalidade, seja institucional.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

Gostaria mais uma vez de agradecer a todos, aos nobres Deputados. Que olhem com carinho. As histórias do Pró-DF, gente, não são brincadeira, principalmente dos pequenos e microempresários. Muito obrigado a todos. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, obrigado, Samir.

Quero informar a chegada aqui do Deputado Lira, do Deputado Raimundo Ribeiro e do Deputado Cristiano Araújo. Pergunto se algum dos Deputados já quer fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, senhoras e senhores empresários aqui presentes, eu sou uma das principais pessoas interessadas no desfecho do Pró-DF como um todo. Por que esse meu interesse? Porque, em 1995, lá em São Sebastião, eu lutei pela criação de um polo industrial. Foram muitas idas e vindas aqui na Câmara Legislativa para aprovação desse projeto da criação do polo industrial de São Sebastião. Nós demos entrada aqui na Câmara e tentamos convencer os Deputados, na época, a votar o projeto.

Eu lembro que, numa dessas vezes, o então Líder do Governo, que era o ex-Governador José Ornellas, me chamou na sala do cafezinho e falou para mim o seguinte: que não tinha condições de votar aquele projeto porque a então agrovila não tinha condições de ter um polo industrial. Naquela ocasião, eu falei para ele que ele estava, realmente, com um problema de visão, porque ele não estava conseguindo enxergar o futuro daquela região. Era uma região próspera – próxima do Lago Sul, os condomínios já estavam começando a surgir naquela região – e que tinha todos os predicados para ter um polo industrial.

Lembro que, naquela primeira ocasião, foi rejeitado, Sérgio, eles não colocaram em votação aquele projeto. E, depois de muita insistência, eu comecei a articular junto com outros presidentes de associações, como a do Setor Placa das Mercedes e também a de lá de Ceilândia – fugiu-me o nome desses presidentes, porque já faz muito tempo. Eu sei que nós nos reunimos, viemos para a Câmara e mais uma vez eu sentei com o José Ornelas e também com outros Deputados. Então sugeri para ele que esse projeto fosse estendido para outras cidades como polo industrial. Foi aí que foi negociado o nome ADE – Área de Desenvolvimento Econômico.

Com esse projeto, foram costuradas, juntamente com outros presidentes de associações, comigo lá em São Sebastião e com outros Deputados, e aprovadas aqui na Câmara as ADEs e logo em seguida o Pró-DF. A ADE diz respeito à terra, ao lote, e o Pró-DF diz respeito ao incentivo fiscal dado pelo governo para aquelas empresas que iriam se instalar nas ADEs.

Eu lembro que São Sebastião foi uma das cidades a serem contempladas com o Pró-DF de acordo com esse projeto, mas houve um problema à parte. A Secretaria de Habitação, se não me engano a Terracap, mandou uma carta para cada empresário,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

que recebeu um Termo de Indicação de Lote, dizendo que não poderiam construir. Todo mundo ali ficou impedido de construir, porque, de acordo com o Ministério Público, não se podia erguer um tijolo naquela ocasião, de modo que muitos empresários obedeceram e não construíram naquele momento.

Em compensação, outras áreas que não tinham problema fundiário, como Riacho Fundo, polo de modas do Guará, foram avançando. São Sebastião ficou para trás. Mas outras pessoas começaram a chegar a esses lotes, invadi-los e construir lá da maneira que puderam. Começaram a produzir e marcar presença lá na região. Passaram-se os anos e o governo resolveu legalizar o Pró-DF de São Sebastião e baixou um decreto priorizando quem estava na terra. E aquelas pessoas que receberam a carta da secretaria e que obedeceram a essa orientação para não construir como vão ficar? Como vão ficar essas empresas?

Como algumas dessas empresas estavam funcionando em outro endereço, quando passavam os agentes da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e viam que o lote estava vazio, que não havia nenhuma construção, colocavam lá como inexistente, quando, a meu ver, deveriam ir lá à empresa onde ela estava funcionando para perguntar: "Olha, você está funcionando nesse endereço, mas você tem interesse ainda em construir naquele lote que está vazio e que foi indicado para você anteriormente?" Caso a pessoa desistisse, tudo bem; mas, caso a pessoa não desistisse e tivesse interesse em construir, que esse desejo desse empresário pudesse ser atendido.

Então, a meu ver, houve uma falha nesse sentido. Não estou aqui criticando quem construiu, mas aquelas pessoas que construíram e de alguma forma estão produzindo, mesmo que ilegalmente, passaram a ter direitos que quem recebeu indicação lá atrás e não é invasor não tem.

Esse decreto que foi aprovado aqui anteriormente acabou de alguma forma forçando alguns empresários a construir desesperadamente no lote com medo de perdê-lo, porque, de acordo com o decreto, só atenderiam quem estivesse na terra, na área; mas, se ele constrói, vem depois a interpretação de que ele está ilegal ao invés de procurar solucionar o problema.

Sr. Presidente, neste momento, eu li e reli o projeto que foi enviado a esta Casa. Eu diria que ele atende, em grande parte, aos empresários que já estão devidamente estabelecidos em outras regiões administrativas. Mas, a meu ver, ele precisa ainda ser aperfeiçoado para tentar levar em consideração a realidade do Pró-DF de São Sebastião, de Santa Maria – também de outras regiões que estão na mesma situação que São Sebastião – para que aquelas empresas que não possuem a sua sede no local, que não construíram lá no local, também tenham direito. Que o agente da Secretaria de Desenvolvimento Econômico possa ir até o endereço aonde a empresa estiver funcionando. Essa é uma sugestão que eu apresento aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

A outra sugestão é que no caso da empresa que foi forçada, devido ao decreto, a construir rapidamente para não perder o benefício, para não perder a indicação, que ela também seja levada em consideração. E que a Secretaria de Desenvolvimento Econômico possa analisar caso a caso. Não mandar diretamente ao COPEP/DF – Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal simplesmente para ser decidido em colegiado uma coisa que poderia, em termos administrativos, dar oportunidade às pessoas de se defenderem e poderem também entrar com recurso explicando as suas razões.

São observações que eu faço, porque da forma como está... Como bem disse aqui o nosso representante da Ceilândia, é muito triste para um pai de família, para um empresário, que acreditou, que construiu, de repente ver aparecer um cidadão em sua porta dizendo que comprou o seu lote! E o imóvel que ele fez? Isso é mexer com os sonhos, isso é mexer com a vida das pessoas! Então, a lei não pode ser tão fria ao ponto de também não ser sensível às questões humanas.

Por isso, Sr. Secretário, quero aqui parabenizá-lo pela iniciativa de mandar o projeto à Câmara Legislativa. Mas antes de ele ser votado, é importante colocar essas observações. Porque entra governo e sai governo e ninguém teve a coragem de encarar os problemas do Pró-DF. Agora eles estão sendo encarados. Mas não pode simplesmente privilegiar algumas pessoas e outras não.

Então, é neste sentido que eu me refiro, que eu trato. Eu quero que realmente seja tratada essa questão com muito zelo. E se este projeto de lei for colocado em pauta amanhã, ou semana que vem, enquanto ele não for corrigido, ou enquanto não forem acrescentadas essas observações, eu não estarei em condições de votá-lo. Da forma como ele está eu não tenho como votá-lo. Eu sou da base do governo, sempre votei com o governo, mas eu não tenho como ir contra aquilo que eu trabalhei anos e anos para um dia ser realizado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Lira.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu estou muito ansioso para ouvir o Secretário Valdir e o Procurador Walfrido Frederico, porque são bases de raciocínio. E quero antecipar um dos problemas bastante presentes no Pró-DF e que até agora não foi abordado. Não sei se esta matéria comporta, Secretário, me perdoe, mas um dos aspectos que eu tenho verificado é a presença de uso da parte superior como moradia, que tem sido uma questão que tem impedido, inclusive, muitas empresas de regularizarem a sua situação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

Outra questão que me preocupa, Sr. Presidente – e aí eu acho que o Secretário Valdir poderia esclarecer –, é que eu participei, na cidade de Santa Maria – acho que o Deputado Cristiano Araújo, inclusive, encontrava-se lá também –, da assinatura de um decreto que, até então, não era nem conhecido.

Fomos lá para conhecer, para ouvir o Governador, que, no caso, ia assinar o decreto. A gente mesmo não teve acesso ao conteúdo; no entanto, estávamos lá para comemorar uma regularização que acabou, parece-me, não acontecendo, ou seja, houve um engodo ali dentro. Acho que há alguma razão para essas cenas a que nós assistimos, participamos e acreditamos não terem dado certo. A gente precisa de um esclarecimento.

A gente soube desse evento no estádio Serejinho, em Taguatinga, quer dizer, a população foi para lá, acreditou que o decreto estava valendo e, depois, parece que o decreto era de araque. A gente precisa desses esclarecimentos para partir de algo que, de fato, aponte para uma esperança. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wasny de Roure, eu vou passar a palavra para o Deputado Prof. Reginaldo Veras, depois para o Deputado Robério Negreiros, mas, como nós temos apenas três inscritos para falar, eu estava justamente querendo deixar as associações, os empresários falarem, para, depois, termos um posicionamento das pessoas do governo. Eu vou deixar três empresários falarem, o Leonardo Mundim, o Alencar e o Carlos José Moreira.

Concedo a palavra ao Deputado Robério Negreiros.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Apesar de concordar com o Deputado Wasny de Roure, eu falei para o Deputado Joe Valle que eu tenho que levar minha esposa ao médico, mas a minha intenção era ficar aqui até mesmo porque a comissão geral não é programada com antecedência. Foi decidida praticamente ontem, antes de ontem, a transformação em comissão. Eu só tive conhecimento esta semana. Eu peço desculpas, o que também não justifica.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Eu gostaria de saudar todos da Mesa na pessoa do nosso Presidente, Deputado Joe Valle, e todos os Parlamentares convidados, empresários, principalmente, e também dizer que eu tenho um profundo respeito pelo Secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Valdir Oliveira Filho, que vejo como uma figura proba, sempre pronta a atender os Parlamentares, porque a gente representa a população. Eu estive lá, em quatro ocasiões, levando problemas, para que a população, se escutasse um não, que fosse de uma forma justificada.

O que me preocupa hoje, com o WhatsApp, principalmente, é que os Parlamentares têm uma forma de receber tantas informações e, às vezes, não temos o conhecimento técnico de todos os assuntos. Aqui a gente tem que, justamente, primeiro, parabenizar o Deputado Joe Valle por não ter permitido que nós votássemos

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

de maneira açodada, porque, se dependesse do governo, esse projeto já estaria votado e poderia estar ocasionando algum problema.

A gente tem que debater aqui e ver qual é o problema, porque, hoje, o que eu recebo é que o projeto foi muito bem construído. O Procurador do Distrito Federal Walfrido participou da construção, tinha algumas divergências, e se chegou a um entendimento. Ele é um procurador concursado do Distrito Federal e está na procuradoria administrativa. Chegou-se a um texto para se atender esses diversos problemas que o Pró-DF vem enfrentando desde o ano de 2000.

Se você pega a cidade de Santa Maria, que começava com uma administração assinando documentos que tinham validade, documentos que não tinham validade, documentos que eram falsificados – tem também isso. Além de as pessoas de boa-fé, há as pessoas de má-fé também. Eu estive lá com o secretário, e alguns casos inclusive estão na DECAP – Delegacia Especial de Repressão aos Crimes contra a Administração Pública para investigação, o que também não quer dizer que o que esteja lá também seja algo ilícito, pode ser que tenha indícios de ilicitude.

Eu quero me colocar à disposição, mas eu não estou preparado ainda para votar sem a gente aclarar, principalmente, os Parlamentares que vão ter a pecha de aprovar esse projeto. Ele vai resolver um problema, sim, mas eu acho que o que está pegando é o lapso temporal, colocado no projeto, em relação à questão de atendimento.

Eu também não vou ser defensor de eventuais empreendimentos que tenham ilicitudes que são insanáveis. Nem o secretário vai resolver, nem a Câmara Legislativa vai resolver e não vai adiantar a gente remendar, transformar o projeto num frankenstein contra o qual o próprio Ministério Público, aquele prédio ali ao lado, vai entrar e a lei já vai nascer como uma lei morta.

Vou pedir escusas pela minha ausência, mas a minha assessoria está anotando absolutamente tudo que vai ser debatido aqui. Eu fiz uma emenda achando que eu posso melhorar o projeto, mas eu não quero atrapalhar e foi por isso que eu fiz uma emenda pontual que poderá ser vetada, a Deputada Telma Rufino até falou isso no início. Eu posso até retirá-la, já que não estou aqui para atrapalhar, mas eu acho que a discussão é muito importante, principalmente aqui nesta Casa, porque a votação e a pecha da responsabilidade vai recair sobre nós.

Eu estou muito preocupado, porque eu cheguei até a receber áudios e vídeos de reuniões em São Sebastião, em Santa Maria, e já estive também com empresários de Santa Maria que estão muito receosos, porque lá a questão da construção do Pró-DF foi diferenciada em relação a essas áreas mais organizadas, como na questão do Polo JK. Dentro de Santa Maria existem áreas, e como é que a gente vai fazer com isso? O que não der, o que for ilícito, o que não der para resolver, o que não estiver no Pró-DF – tem ocasiões que é só no âmbito da Terracap e que nem envolvem a questão do desenvolvimento econômico – a gente tem que debater.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

O assunto já gerou uma polêmica tão grande que nós estamos com mais de oito Parlamentares, o que demonstra que há preocupação e respeito. Isso sem querer desmerecer os que não estão aqui, justamente por estarem em outros compromissos, e, de igual modo, as suas assessorias estão acompanhando. Mas a ideia é a de que a lei seja para todos, que possa atender a todos que tenham a necessidade de atendimento com essas incongruências que aconteceram desde a época quando o Lázaro Marques foi o primeiro secretário no ano de 2000, com diversos problemas.

Como um problema pontual, quando tinha gente no SCIA, onde tinha a Cidade do Automóvel, em que ela já nasceu com toda a infraestrutura. Lá perto da Estrutural, quem tinha lá, pegava gato e fazia suas obras. E quem estava no miolo não fazia nada. Só que os prazos iam correndo, correndo, correndo, porque o contrato da Terracap não pode fugir da Lei nº 8.666. Ele vai os 60 meses e depois a excepcionalidade dos 72 meses. Aí, o que aconteceu? O COPEP – Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal ia prorrogando, prorrogando, prorrogando, só que parece que a SDE – Secretaria de Estado de Economia e Desenvolvimento Sustentável em outros governos, e eu não sei se também nesse atual governo, parecia que eram órgãos que não se comunicavam, e um ficava jogando para o outro, para o outro e o que aconteceu? Várias empresas, o contrato da Terracap venceu e o Copep prorrogava, porque não tinha infraestrutura do Estado. Era culpa exclusiva do Estado. Isso demorou anos e anos. E muitas empresas que já poderiam ter a escritura hoje não as têm, também em função disso, mas foi resolvido na gestão do primeiro secretário, que foi o Arthur, já que o anterior foi resolvido com uma questão jurídica colocando a procuradoria dos dois órgãos.

Então, Presidente Joe Valle, a minha ideia é essa, mais uma vez, colocando a Casa de uma maneira que, com debate e não é uma, duas ou três semanas que irá resolver um problema de anos. E que a gente possa ter todo o apanhamento da Procuradoria do Distrito Federal, que tem todo o meu respeito em responsabilidade e em questão de lisura, até mesmo pelo próprio secretário, cuja história é inegável, mas que a gente possa fazer uma lei que atenda as grandes empresas, as médias empresas, as pequenas e as microempresas. Todas as empresas.

Deputado Joe Valle, se a gente tiver que fazer três ou quatro projetos e construir isso com o governo para que não gere um Frankenstein... Eu também estou colocando de maneira hipotética, mas que a gente possa fazer debatendo todos ao mesmo tempo, para que a gente não possa dar uma resposta que atenda aos grandes e médios empresários, e os micro e pequenos empresários fiquem de fora. Até mesmo porque, se a gente colocar no cômputo de geração de emprego – quem veio do Sebrae sabe disso –, quase 90% dos empregos no País, sem tirar a grande importância dos grandes empresários, vêm da soma dos micro e pequenos empresários.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente. Peço desculpas ao Deputado Wasny de Roure, decano da nossa Casa e sempre o mais ranzinza, mas de forma correta. Aceito o puxão de orelha. Se eu não sair agora, vou ter problemas em casa, pois tenho que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	18		

levar minha esposa a uma consulta, mas a assessoria está acompanhando. Garanto a todos vocês que não sou contrário ao projeto, sou favorável, mas não quero votar um projeto que resolva o problema de alguns em detrimento de outros. Quero resolver o problema de todos, tirando o que for ilícito. A gente não vai resolver porque não pode resolver.

Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Chamarei o Sr. Leonardo Mundim, que é advogado do setor produtivo, para usar a palavra.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço agora mais um pedido de estudante. Eu sou leigo no assunto, realmente não o domino, por isso vim participar desta comissão geral, para tentar entender e aprender alguma coisa. Não quis relatar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça justamente por não me sentir capacitado a fazê-lo, e quem o relatará será a Deputada Celina Leão.

Quero entender algumas questões, o que se está mudando. Então, faço aqui um pedido de aluno ao professor Valdir, nosso secretário, e ao procurador, para que de forma didática, se possível, nos digam o que está mudando efetivamente, e em que isso será melhor para dar garantia jurídica a todo esse processo de regularização do Pró-DF. Eu percebi que algumas pessoas aqui tiveram posicionamentos contrários, dizendo que do jeito que está só beneficia o grande, não o pequeno. Eu gostaria que esses esclarecimentos fossem feitos, é o mínimo que preciso, para tentar tomar uma decisão de voto depois. Se for possível, Valdir e nosso procurador, eu agradeço. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Sr. Leonardo Mundim.

SR. LEONARDO MUNDIM – Boa tarde, Sr. Presidente. Na sua pessoa cumprimento os representantes da Mesa, as senhoras e os senhores.

É com muita honra, muito orgulho, que estou aqui na Casa dos representantes do povo, e o povo, no sentido jurídico-político da palavra, inclui também as empresas, os empreendedores, grandes ou pequenos, pessoas que continuam investindo e continuam acreditando no Distrito Federal. De 2003 a 2015, o Pró-DF vinha sendo executado, em termos de minutas contratuais, em termos de resoluções da Terracap, em termos de procedimentos, de uma determinada maneira.

Em 2015, um decreto alterou a maneira como isso vinha sendo executado, de modo que, a partir de 2015, o empreendedor que já tinha obtido atestado de implantação provisória, e executado seis meses, comprovando empregos, obtido

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	19		

atestado de implantação definitivo, e recebido com isso o direito, declarado no atestado, de receber escritura pública definitiva com o desconto, e assim se desligar do programa, uma vez que o desenvolvimento social e econômico já havia sido levado àquela região, depois de 2015 vai receber apenas uma escritura de promessa de compra e venda. É como se eu comprasse uma quitinete, durante dois anos pagasse o valor com base no contrato de promessa de compra e venda, e ao final dos pagamentos, em vez de receber minha escritura de compra, recebesse novamente um instrumento de promessa de compra e venda.

Bom, a tentativa dessas dez reuniões mencionadas pelo Pedro, da Famicro, foi de fato tentar organizar a questão a partir de uma visão de nova política do GDF. É possível, sim, alterar a política do Pró-DF II, mas isso não pode trazer prejuízo a quem já tinha contrato assinado. Então, a intenção desse projeto de lei foi dizer que a partir de agora vai ser de tal maneira, e o art. 2º dele repete o art. 8º do decreto. Ou seja, torna lei o que estava no decreto. O art. 1º diz que não vai afetar situações pretéritas. Os beneficiários de boa-fé que já tinham contrato assinado, escritura assinada ou atestado de implantação definitiva estão resguardados, aqueles de boa-fé, de modo que aqueles que têm problemas com fraude não estariam abrangidos.

Esse mesmo PL traz a possibilidade, isso é importantíssimo para os grandes e pequenos empresários, de a câmara do Copep alterar de modo retroativo a data de geração de empregos. Ou seja, poderia contar a geração de empregos antes mesmo da emissão do atestado, se for comprovado que eles começaram a ser gerados antes dessa finalização formal da obra, e permite inclusive que a própria meta de geração de empregos e outras metas sejam alteradas a partir de problemas da atividade econômica que sejam verificados sem culpa do empreendedor. Por fim, auxilia e trata diretamente dos pequenos, ao dizer no § 5º do art. 2º que, para as micro e pequenas empresas, o prazo que era de 5 anos passa a ser reduzido para 3 anos de cumprimento de metas.

Essas reuniões contaram com a participação de vários representantes da Famico, como eu já falei, da CDL, da Fibra. E 26 entidades atuaram direta ou indiretamente para se obter esse projeto de lei que aqui se encontra há cerca de 30 dias. As emendas que a Deputada Telma Rufino apresentou, a quem eu parabeno por esta comissão geral, são emendas interessantes. Elas não estão alterando esse projeto, estão incluindo a situação dos benefícios cancelados, aquelas pessoas que estão localizadas nos empreendimentos.

Ficou uma situação muito ruim para o Estado, porque o Estado não consegue vender para aquelas pessoas que estão produzindo e não consegue vender para outras pessoas que vão olhar. Ali está com uma construção, elas não vão comprar. Então, fica sendo colocado em licitação, uma atrás da outra, em prejuízo de todo mundo. O Estado poderia receber de quem está lá, ou de outra pessoa, e não recebe, de modo que a ideia é poder fazer essa racionalização da questão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				20	

Por fim, eu gostaria de agradecer ao Secretário Valdir Oliveira, que é um grande homem público. Às vezes, ele tem funcionado como motor; às vezes, tem funcionado como algodão entre os cristais, sempre com muita habilidade. Graças a essa condução que ele tem trazido e graças à benevolência e grandeza do Deputado Joe Valle e do Deputado Rafael Prudente, que participou de algumas reuniões, e da Deputada Telma Rufino, muito preocupada em trazer todos a este debate, é que estamos agora aqui, todas e todos, imanados, de mãos dadas, buscando melhorias para o Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Dr. Leonardo.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Eudaldo Alencar, presidente da FAMPEC – Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas do DF e entorno.

SR. EUDALDO NUNES DE ALENCAR – Boa tarde. Cumprimento a Mesa na pessoa do Deputado Joe Valle. Estou nesta reunião a convite da Deputada Telma Rufino, que colocou essa emenda.

Sr. Secretário, demais componentes da Mesa, Srs. Parlamentares aqui presentes, esse programa começou alguns anos atrás no Núcleo Bandeirante, quando Brasília não tinha nem autonomia política. Nós fomos os precursores no Distrito Federal, para receber lotes sem ser pela licitação pública. Ou seja, por outra forma que fosse dirigida aos micro e pequenos empresários. Eu acho que o Pró-DF, na sua plenitude, em alguns casos, foi desvirtuado. Mas nós, hoje, temos que somar esforços, principalmente a Câmara Legislativa, porque Brasília, hoje, tem o segundo maior índice de emprego do Distrito Federal. Ou seja, das 9 mil empresas que ingressaram no Pró-DF, somente 2 mil conseguiram escriturar seus imóveis. Temos aproximadamente 7 mil empresas instaladas nas Áreas de Desenvolvimento Econômico – ADEs que não conseguem 1 real de empréstimo. O cara tem um patrimônio lá de 200 mil, 300 mil, 500 mil, mas não servem como garantia real.

Então, se nós estamos aqui na Casa do Povo, é chegado o momento de todos os Parlamentares se darem as mãos para conseguirmos salvar essas sete mil empresas que estão instaladas nas ADEs nas cidades do Distrito Federal.

Agora, desse projeto de lei, eu só tomei conhecimento ontem e sou uma das pessoas precursoras aqui no Distrito Federal. Eu acho que nós precisamos fazer um debate mais acalorado na base, principalmente com aquelas pessoas que estão sofrendo, que investiram tudo, venderam o cachorro, o papagaio, venderam a casa, investiram numa ADE e até hoje não têm sua escritura.

Então, precisamos, sim, Sr. Secretário. Eu sei que o senhor tem boa vontade, bem como os demais Parlamentares que estão aqui presentes, mas precisamos abrir esse debate, porque só ontem eu fiquei sabendo. E olhe que eu acompanho, desde o primeiro tempo aqui no Distrito Federal, esse programa de desenvolvimento

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

econômico, que ajudou a gerar milhares de empregos. Com certeza, com a regularização, aí, sim, nós vamos amenizar esse patamar de que nós somos o segundo estado da federação que tem mais desempregados hoje no Brasil.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Alencar.

Passo a palavra ao Sr. Carlos José Moreira, empresário da região Placa da Mercedes.

SR. CARLOS JOSÉ MOREIRA – Boa tarde a todos.

Eu sou da Placa da Mercedes. Fomos colocados pelo governo lá há vinte, vinte e cinco anos. Fomos colocados e, ao mesmo tempo, perseguidos pelo governo. O cara colocou a gente lá. Tem mais de duzentas empresas, mais de dois mil empregos diretos, mas poderia ter o dobro ou o triplo. Mas o governo, todos os governos colocam seus órgãos de fiscalização para perseguirem aqueles empresários ali, que estão sofrendo, gerando emprego e gerando renda e servindo de escravos para o governo e para a população. Os caras deveriam ser tratados como heróis, guerreiros, porque uma pessoa passar vinte, vinte e cinco anos ali, trabalhando de maneira irregular... Entra governo, sai governo, e não há solução. Eu vejo agora, com essas novas reuniões, uma luz no final do túnel. Espero que não seja um trem.

Como representante dos empresários do Placa das Mercedes – lá tem duas associações –, eu quero saber se, por essa nova lei – como o Deputado falou, a lei é para todos –, a Placa das Mercedes vai ser incluída nesse novo Pró-DF. Porque são vinte e cinco anos, gera muito emprego e tem mais de duzentas empresas. Vai ser colocada?

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu vou passar a palavra depois...

SR. CARLOS JOSÉ MOREIRA – Porque seria interessante... Eu vim aqui como um dos representantes, mas a gente precisa de uma solução. São vinte, vinte e cinco anos, mais de duzentas empresas, muitas perseguições. Todo dia tem perseguição. O cara trabalha sabendo que, a qualquer momento, vai chegar alguém da Agefis, alguém de algum órgão do governo. Há projeto para lá, projeto para cá, mas não há solução. É muito tempo.

Então, a gente precisa saber se a gente vai poder se enquadrar nesse Pró-DF II. Está todo mundo falando... Todo mundo já tem o negócio lá, o cara já tem, mas não cumpriu não sei o quê. A gente está lá há vinte e cinco anos e não tem nada. Só fomos jogados e perseguidos. A gente não tem licença, alvará, não tem nada. Está tudo irregular.

Então, a nossa maior queixa aqui é a respeito disso. Os empresários estão aí, são vários, são muitas pessoas. A gente quer saber se realmente a gente vai ser contemplado também.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Carlos.

As pessoas que estão aí atrás, de pé, no local da imprensa, por favor, tomem assento nas cadeiras vazias.

Concedo a palavra à Sra. Antônia Edileuza, empresária de Águas Claras.

SRA. ANTÔNIA EDILEUZA – Boa tarde a todos. Quero aqui agradecer à Deputada Telma Rufino por estar nessa campanha, que acho ser justa, e ao Secretário Valdir, porque a gente já teve várias reuniões lá.

A primeira coisa que peço é que Deus te ilumine e que tu consigas ajudar realmente quem precisa. E falo isso porque, como o Alencar Falou, nós começamos o Pró-DF em 1990. Em 1989, nós já discutíamos na área do Núcleo Bandeirante. E aí, na época, foi Riacho Fundo, e a gente sabe disso. Eu, como empresária do Riacho, tive que ir para Água Claras por covardia, por pessoas chegarem e ocuparem o que é dos outros. O nobre colega falou: "Ah, jogar". Não, alguém tinha que começar. E nós tivemos um governo que, na época, teve pulso forte. Não precisava ter registro da área. A gente tinha que chegar e entrar. E, nisso, foi moradia e, nisso, foi o Pró-DF, começou desse jeito. E, hoje, Brasília é para o pobre, para o rico, para o médio e para o grande. Hoje, o Pró-DF de Brasília está desse jeito.

Eu só acho, secretário, que cada governo e cada secretário que entram, eles mudam. E há perseguição. Não é justo nós, que estamos há 25 anos... E eu – o senhor sabe da história – quase fui prejudicada por perseguição política, sim, porque as pessoas têm que parar a partir do A, B ou C. Não importa. É o empresário, é o comerciante, é quem está prestando serviços à comunidade.

Então, que Deus ilumine muito o senhor e que esta Casa, em que eu acredito... Acho que aqui têm Deputados guerreiros, mulheres guerreiras e que não vão deixar passar projeto que prejudique essas pessoas. Porque o empresário hoje é o mais sofrido. Onde você vai, na porta de um comércio, tem um ambulante hoje. O empresário acabou. O que é empresário? É só o grande? E o pequeno? Você vai às cidades agora... Em qualquer local, o empresário monta a sua loja, paga imposto, paga tudo, mas o outro chega, coloca na porta dele e não paga nada. E quem está defendendo essas pessoas? Quem está defendendo o empresário?

Aí, na hora de regularizar um direito que é dele, ele é prejudicado? Ele vai ter que sair do lote dele. Nós temos conhecimento de pessoas, Alencar, que estavam dentro do seu lote quando chegou um homem e disse: "Eu comprei o seu lote." Comprou por quê? Quem vendeu? A Terracap? Eu não estou condenando a Terracap, mas, antes de fazer, faça justo o que é justo. Não olhe se você é de A ou B, olhe para o comerciante.

E aí nós vemos que todas essas cidades que hoje têm Pró-DF foram criadas sem registro e hoje todas estão sendo regularizadas. Hoje quem recebe uma escritura

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

está sendo regularizado porque está lá, ele existe, tem um contrato, senão ele não existia.

Acho que é a primeira coisa que temos que fazer. A cidade de Brasília está cheia de invasão. Vamos mexer em quem tem comércio grande em Vicente Pires? Alguém está lá prejudicando quem fez um prédio de 10 pavimentos sem poder? E aí você vai condenar uma pessoa que construiu porque recebeu há 25 anos e, como não ia ficar só no barraco ou num galpão, construiu um prédio, fez laje, fez apartamento? Vão ver o Riacho Fundo. As áreas públicas todas têm prédios de 8 andares, sendo que, no Riacho Fundo, nem o terceiro pavimento foi regularizado ainda. E, aí, cadê a fiscalização nessa hora? Só tem para quem é registrado? Para quem tem firma? Para o pequeno? E o grande, como é que fica? E o cara que chega, ocupa, vende e vai embora?

Então, que o senhor faça uma coisa bonita e que essa lei seja discutida com todo mundo, principalmente com quem é mais humilde, com quem está lá nas bases, com quem tem seu documento, porque tem um contrato, a Terracap tem. Mas a gente percebe que, ao longo desses anos, só quem tem prioridade é quem invade. Quem invade chega e é regularizado. A placa da Mercedes está toda invadida, gente. Nós estamos todo o tempo lá denunciando. E eu falo isso porque fui administradora de lá faz dois anos. Está toda invadida! Onde você vai, tem invasão. Você fica desesperado: por que está acontecendo isso? O Estado tem que ver isso, senão vai chegar 2020 e ninguém aguenta.

Os Deputados desta Casa vão estar sempre aqui atendendo as pessoas. O Deputado Cristiano Araújo sabe disso, pois vai sempre ao Riacho. Não é só Riacho, é Brasília toda, é Samambaia, onde você vai. Chega! Está na hora de o empresário ser valorizado, de o comerciante ser valorizado. Isso é com as feiras, com tudo. Hoje nós estamos na estaca zero. Quem vai nos defender? Só Deus!

Então, se o senhor, na secretaria agora, não fizer uma lei... Eu acredito que o senhor conhece todo o projeto porque estava lá no Sebrae. E a gente sabe como começou o Sebrae no DF. Ele ajudou muito o Pró-DF. Muita gente hoje aprendeu alguma coisa porque passava pelo Sebrae. Que o senhor não faça nenhuma covardia, que o senhor olhe com carinho para cada um e que não deixe os que estão lá dentro serem prejudicados. A pessoa tem o direito de ter sua escritura. O Governador está aí fazendo tanta entrega de escrituras. Por que o comerciante também não pode ter? Por que o empresário não pode ter?

Então, que esta Casa, Deputado, faça com que a gente tenha essa alegria. Não é só dar um documento, não! Não é só dar uma autorização, não! Essa autorização praticamente não serve. Temos documento de 2002 que não serve hoje. E aí? É um contrato da Terracap. Nós não temos nada, não temos escritura!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Então, que vocês façam com carinho e olhem para quem tem documento, igual à ADE, em Águas Claras, foi prejudicada. Não havia infraestrutura, e nós construímos como pudemos.

Eu agradeço. E, secretário, está em suas mãos. Que Deus a ilumine!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Antônia.

Deputada Celina Leão, agradecemos a sua presença e concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu agradeço, porque vou ter uma segunda agenda.

Eu acho que é muito importante, Sr. Presidente, fazermos uma audiência pública sobre um tema tão relevante como esse.

Na semana passada, sabemos que houve uma reunião no Colégio de Líderes, Sr. Presidente, e foi discutida a votação desse projeto. O que eu quero falar aqui com muita franqueza? Acho que é importante os Deputados se manifestarem. A Deputada Telma Rufino é uma Deputada muito atuante, Presidente da Comissão de Assuntos Fundiários, e fez algumas observações muito necessárias. Eu pedi até para falar, pois sou Relatora desse projeto na Comissão de Constituição e Justiça, Sr. Presidente, e aproveito a oportunidade para cumprimentar a Deputada Telma Rufino e também o Secretário Valdir, em nome de quem cumprimento toda a Mesa – estou sem o nome de todos.

Cumprimento, ainda, o Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Wellington Luiz, o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Chico Vigilante, o Deputado Lira, o Deputado Rafael Prudente, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, enfim, todos os Deputados que se fazem presentes.

Trata-se de um projeto superimportante, que não pode ser votado como o Governo gostaria que fosse. E não é por má vontade, não. Quero ser muito franca, já falei isso publicamente e vou falar novamente: Valdir, nós estávamos órfãos até a sua ida para a secretaria. Essa é a grande verdade. Não se evoluiu em praticamente nada em termos de políticas públicas para o desenvolvimento econômico, principalmente na área do Pró-DF.

A gente chegou a ouvir, Valdir, que muitos desses empresários que pegaram essas áreas do Pró-DF queriam devolvê-las, porque o custo para mantê-la era maior. Ele paga o uso, vai pagar várias outras taxas e ainda não tem o registro de propriedade.

Então, quando se pega o texto seco, no formato em que estava, percebemos que existia realmente um formato errado, uma política errada. E todas as críticas que tenho ao Governo... Eu acho que você é uma exceção, você é um cara aberto e tem recebido todos os empresários. Acho que todos que têm procurado a secretaria são de portas abertas. Eu me coloquei e vou me colocar sempre favorável à aprovação do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

projeto, Deputado Joe Valle, só que o debate, o alerta feito pela Deputada Telma Rufino é necessário. E aí, Sr. Presidente, vou colocar algumas questões feitas aqui, inclusive pelo nosso gabinete.

Entendemos que é muito importante que o projeto seja aprovado, só que esta Casa tem melhorado quase que 100% de todos os projetos que vêm para cá. E aí, Valdir, o Executivo muitas vezes fala: "Olha, a gente gostaria que o projeto não tivesse emendas." Não tem como esse projeto tramitar nesta Casa no formato em que ele está, se não houver emendas. Por quê? Quando formos estudar o projeto a fundo, vamos perceber que quase quatro mil empresários ficariam de fora dele no formato em que está. E, se estamos fazendo um projeto de lei definitivo para resolver o problema de um, temos que resolver o problema de todos. Acho que é muito importante esta audiência pública com todos os relatores. E quero falar aqui não só como Parlamentar, mas como Relatora do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça. Agradeço ao nosso querido Presidente Deputado Prof. Reginaldo Veras, que fez o encaminhamento para que pudéssemos participar ativamente. Quando da autuação desse decreto, fizemos um PDL aqui para sustar um decreto do passado que prejudicaria muito os empresários de Brasília e tivemos o apoio de muitos Parlamentares. Fui uma pessoa muito firme nesse sentido, porque tínhamos a percepção de que aquele decreto afetava de uma forma negativa muitos empresários aqui do Distrito Federal.

Eu queria falar de uma forma muito superficial sobre um primeiro estudo que fizemos. Temos aqui que o *caput* do art. 3º faz uma remissão ao § 4º, do art. 25, da Lei nº 3.196, de 2003, que não existe. Há alguns erros no projeto que são formais, alguns pequenos detalhes que acarretam erros formais. Em cima disso, além de mais uns quatro ou cinco erros formais no texto, há erros materiais também. Inclusive, isso aqui foi feito pela ASSEL – Assessoria Legislativa, a quem parabeno, em tempo recorde, para que pudéssemos discutir. A Assel, inclusive, faz um parecer, no seu encaminhamento, até um pouco mais conservador, para preservar. Ela acha que o projeto, do jeito que está, deveria ser considerado inconstitucional. Fiz o pedido da análise do projeto para discutir a constitucionalidade, não estou discutindo outros termos, e é justificado o porquê dessa inconstitucionalidade. Vejo que um substitutivo poderia resolver os erros, os vícios que o projeto tem. Talvez, Deputada Telma Rufino, um substitutivo dos Relatores de todas as comissões, um substitutivo coletivo, para aprovarmos isso de forma conjunta e termos uma unidade aqui na Casa. É claro que isso vai depender também da vontade dos colegas. A gente sabe que cada Presidente, na sua comissão, é soberano, mas acredito que, dessa forma, poderemos resolver os problemas tanto de forma quanto de conteúdo material.

Não vou tomar mais o tempo de vocês – a gente sabe que esta é uma discussão mais técnica – para discutir ponto a ponto o que achamos que pode melhorar. Quero apenas parabenizar a Deputada Telma Rufino, o Deputado Bispo Renato Andrade e o Deputado Rafael Prudente, que, em um primeiro momento,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

disseram para discutirmos isso um pouco mais, esperarmos mais uma semana para realizarmos uma comissão geral. Esse foi um tempo para pedirmos um estudo, e o nosso gabinete também fez um, o Márcio. Pelo estudo do nosso gabinete, podemos melhorar e ampliar um pouco esse projeto, que deve ser costurado por todas as comissões, contemplando todos os empresários do Distrito Federal.

Sabemos, Valdir, que aqui estamos falando de terras públicas. Quando se fala de terras públicas, está se falando do erário. Isso terá um custo, e já tem, para o empresário. Mas aquele custo não pode ser maior do que o de um pré-acordo, em um primeiro contrato. Isso tem permeado muitas discussões e tem sido vencido inclusive nos tribunais. A partir do momento em que se pactua um contrato com o Estado, renovando-o a todo momento, com mudança nas regras do jogo para o empresário, como fica esse empresário, muitas vezes com a mão do Estado, que é a mão pesada? Ele recebe lá o ofício e fala: "Mudou! Se fosse assim no primeiro momento, eu não teria feito a adesão ao Pró-DF."

Então, seguindo os princípios de o Estado manter pactuado aquilo que colocou inicialmente, esta Casa fazendo alguns ajustes técnicos em parceria com as comissões – acredito que teríamos condições de fazer as reuniões técnicas com representantes dos empresários que estão sempre participando, da secretaria, do Valdir, de todos vocês que estão aqui –, teríamos condições de construir um texto único desta Casa, marcando aquilo que a Deputada Telma Rufino tem colocado, que é resolver definitivamente o problema dos empresários.

De certa forma, Valdir, eu o parabeno, porque esse projeto ter chegado a esta Casa para se tentar resolver definitivamente o problema dos empresários aqui do Distrito Federal já é um avanço. Só tínhamos a fase do retrocesso, mas estamos vivendo um novo momento. Acredito nisso, como acredito que todos os empresários do Distrito Federal poderão contar com os 24 Deputados da Câmara Legislativa. O que não se pode é impedir o Parlamentar de fazer uma emenda, de fazer uma sugestão. Temos aqui quase que vinte sugestões, todas elas de forma ou de matéria, mas que irão melhorar o projeto e muito. É claro que essas emendas passam pelo crivo do Executivo. Vamos discutir. Apesar de ser Oposição, não sou oposição à nossa cidade. Sou oposição política ao Governador Rollemberg, mas tudo que estiver aqui, secretário, eu faço questão de discutir com V.Exa. e com os empresários também, para ver se a gente consegue resolver o problema de todos.

No mais, Sr. Presidente, eu quero agradecer a todos, cumprimentar e me colocar à disposição. Quero pedir desculpas porque tenho mais uma reunião hoje. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputada Celina Leão.

Nós encerramos as inscrições e agora vamos passar a palavra à Mesa após mais dois inscritos que tenho aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	27		

Vou passar a palavra ao Sr. Antônio Benjamin de Moraes, Presidente da Associação dos Empresários de Santa Maria.

SR. ANTÔNIO BENJAMIN DE MORAIS – Sr. Presidente Deputado Joe Valle, ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os Deputados que estão aqui, inclusive Deputados que acompanham a nossa luta, especialmente em Santa Maria, ao longo de quase vinte e oito anos.

Eu quero falar também aos nossos presidentes de associações representativas do setor produtivo que estão aqui presentes para discutir esse projeto de lei.

Inicialmente eu quero agradecer a todos os Deputados por não terem votado esse projeto porque foi falado que ele chegou aqui de forma açodada, rápida, com interesse para ser votado.

Eu quero dizer aos senhores e senhoras que nós estamos há 28 anos em Santa Maria. Eu comecei a trabalhar na militância do direito do comerciante desde a época do Próin, depois Prodecon, depois Pró-DF. Governos entraram e governos saíram. Nesse percurso, eu já quebrei cinco vezes. Cinco vezes! E documentos e documentos, assim como eu, nossos comerciantes levaram à secretaria. E cada secretário que entra tem um pensamento legal formal da lei, mas não tem o pensamento legal formal da legalização e da formação daquele que está na pedra trabalhando dia a dia, daqueles que tiveram oportunidade e autorização de ocupar um lote comercial para ali empreender, gerar o seu sustento, ajudar o governo na geração de renda e empregos. Eu não vejo isso. São 28 anos.

Da Câmara Legislativa, já tivemos dois governadores que foram Deputados Distritais – o Governador Agnelo e o atual Governador Rodrigo Rollemberg.

Senhores, Santa Maria é uma situação distinta das demais cidades do Distrito Federal, como também a Agrovila São Sebastião. Deputado Lira, Deputado Wasny de Roure, Deputado Cristiano Araújo nos acompanharam na luta. O Deputado Lira nos acompanhou em várias reuniões para debatermos soluções que viessem resolver de fato e de direito o problema daquele que tenta se sustentar, que cai, levanta, cai e continua ajudando o Governo do Distrito Federal.

E aqui foi falado que muitos quebraram, muitos foram divorciados, muitos venderam casas, bens para continuar no lote em que o governo deu autorização para empreender o comércio. Eu sou um desses. Aqui o presidente da Ceilândia falou muito bem. Os pequenos, os médios e os micro, Alencar, não têm o direito líquido e certo reconhecido, Deputado Lira – que foi uma liderança forte na Agrovila São Sebastião.

Ora, em Santa Maria, eu tive a felicidade – lá estavam o Deputado Wasny de Roure, o Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Robério Negreiros e outras autoridades – e, naquele momento, eu vendi uma propaganda alucinada de um sonho de 25 anos! De um sonho! O governador foi lá assinar um decreto, e esse decreto ficou seis meses no jurídico do GDF para ser analisado e o governador poder aprovar.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

E agora vem outro decreto que não contempla o pequeno, o micro, o médio empresário aos meus olhos. A meu ver, penso que contempla os grandes empresários.

Em Santa Maria – já foi falado –, todos os comerciantes que estão às margens das avenidas Alagados e Santa Maria não têm direito ao Pró-DF porque estão ocupando lotes. Ora, nós não entramos lá. Nós não invadimos lotes. Nós fomos autorizados pelo governo.

Tão feliz eu fiquei na (falha no microfone) para dar ao nosso governador, pagar ao nosso governador para eu entrar no processo de legalização do Pró-DF; e eu fiquei sabendo, como o Alencar, ontem desse projeto.

Esse projeto não foi discutido com o setor produtivo como um todo no Distrito Federal, porque, em Santa Maria, eu fiquei sabendo ontem. É por esta razão que eu estou aqui, gente. Então, peço aos Srs. Deputados que exista, realmente, uma discussão coletiva, que isso seja discutido com o setor produtivo de cada cidade e que não se aprove esse projeto.

Nós de Santa Maria estamos já preparando sugestões de emendas – viu, Deputado Cristiano, Deputado Wasny, Deputado Lira, demais Deputados aqui presentes e Deputado Rafael Prudente, com quem eu falei ontem também? – para colocarmos à disposição dos senhores. O governo fala que a arrecadação está caindo, mas o nosso papel nós estamos tentando fazer – e com esse projeto a arrecadação vai cair muito mais.

Ora, não sejamos mais um governo que passe um problema para frente. No passado, nós sugerimos, enquanto associação, que se estudasse uma forma. À época, até conversamos, discutimos na Câmara – não sei se o Deputado Wasny se lembra disto – estudar uma forma de fazer uma licitação dirigida àquele empreendedor que está lá no exercício ativo da sua atividade econômica, trabalhando, pegando o fardo, carregando a brita, o cimento para se manter firme e com as portas abertas.

Aqui foi falado que não é fácil para o micro, o pequeno e o médio comerciante ficar com as portas abertas porque todo ano a AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal nos cobra uma taxa de R\$ 930,00 (novecentos e trinta reais) para estarmos lá, mas ela não vai lá nos orientar, ela vai lá para notificar, cobrar e fechar o nosso comércio. É isso que ela faz. E o que a gente quer? A gente quer trabalhar. A gente quer a oportunidade e, para isso, a gente está há 28 anos nessa luta.

Hoje eu estou muito triste aqui, Srs. Deputados, caros pares, colegas representantes de entidades, porque o meu sonho, mais uma vez, foi rasgado em Santa Maria. Como era o meu sonho? Era um decreto para regularizar aproximadamente 430 empresários de Santa Maria! E hoje esses empresários perderam os seus sonhos também levados por mim – levados por mim.

Eu quero dizer, senhores, que esse decreto – que falaram que era maluco –, com algumas partes dele eu não concordava, não concordava com ele na sua plenitude

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

– cheguei a falar isso com o governador –, mas grande parte dele me contemplava e contemplava a maioria dos empresários de Santa Maria, porque era um projeto que, àquele empresário que estava no lote, dava condição de se abrir mais um CNPJ – Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica –, dois CNPJs para ajudar a regularizar a situação daquele imóvel. Isso era importante porque ajudava também o Governo do Distrito Federal, pois se estavam gerando mais emprego e mais renda e resolvia-se um problema engessado ao longo desses vinte anos.

Sr. Secretário, quando da sua nomeação, eu fui um dos primeiros a estar na secretaria pedindo uma audiência com V.Exa. e até hoje eu não tive uma resposta. Eu acho que perderam o registro, eu não sei o que foi. Eu acho que não foi o senhor porque também acompanhei o seu trabalho no Sebrae – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Então, eu quero que o senhor se sente, reflita sobre esse PL – assim também os demais Deputados – porque a gente que é Presidente de entidade tem uma responsabilidade muito grande, porque a gente vende o idealismo de um governo que não fala a verdade, porque ele diz “eu vou regularizar”, faz um decreto, assina.

Nós fizemos um evento, com aproximadamente setecentos empresários, em Santa Maria. Todo mundo com um sorriso na boca até a orelha, porque agora ia ter, realmente, o seu lote regularizado. É como o bem de uma família quando recebe a escritura de uma casa, é o sonho de uma família, a realidade de seu imóvel, da sua casa. É o que está acontecendo entregando-se algumas escrituras.

Então, eu quero dizer, eu estou me sustentando em pé para não cair, mas as últimas coisas que eu tinha, a reserva, eu vendi para tentar ser alcançado por esse projeto. Eu não concordo na plenitude com esse projeto. Quando eu digo eu, somos nós empresários de Santa Maria que não fomos chamados à discussão, que não fomos chamados a ler esse projeto de lei que realmente tem algumas coisas que não contemplam os pequenos, os micros e médios empresários.

E digo mais: por que então não melhorar o projeto anterior? Porque tem uma cultura no Brasil quando sai governo: “ah, ele fez tudo errado durante dois anos, eu trabalhei dois anos para consertar”. Sai um secretário, o secretário fez tudo errado, “está tudo errado, vou ter que fazer tudo de novo”. E quem paga o preço, senhores e senhoras? Somos nós que estamos lá na labuta do dia a dia, para continuar ajudando o Estado a gerar emprego e renda. Quem paga o preço somos nós. Quem está sentado em uma cadeira, no ar condicionado, não sente o sol queimando a sua pele, no dia a dia, dentro de uma loja, em uma crise crônica – vamos fazer quatro anos de crise, e nós estamos lá sendo persistentes, tentando sobreviver. E aí a gente não tem uma atenção do Estado, não tem o respeito, porque o grande tem, mas o pequeno não tem. O pequeno, o respeito que tem é o trator chegar e derrubar. Eu subi em trator em Santa Maria, fui preso duas vezes defendendo comerciante contra a derrubada de comércio em Santa Maria de forma arbitrária, por administradores que não tinham real compromisso com nós de Santa Maria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

Quero aqui encerrar e, mais uma vez, agradecer a todos, e pedir: senhor, nós estamos aqui e agora e, daqui a pouco, daqui a um minuto, a uma hora não sabemos se vamos estar, então, vamos ser sensatos e trabalhar para compartilhar a legalidade e dar oportunidade a quem quer trabalhar, porque de marginalidade a rua está cheia. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Sr. Jorge Alexandre, Presidente da Associação dos Feirantes Empreendedores de Santa Maria. Faço uma observação: que façamos dentro do nosso tempo para dar oportunidade de todos falarem.

SR. JORGE ALEXANDRE – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Secretários, Deputados, representantes de Associações, boa tarde a todos, eu tive a felicidade de, em 1999, questionar essa Lei nº 2.427, que eu já considerava lei capenga, monstrega, inclusive com várias incorreções, com possibilidade de corrupção, com possibilidade de má interpretação, e nós estamos vivendo isso até hoje, tanto que essa lei já foi remendada por diversas vezes. Foram feitos vários remendos,

Eu vi o Governo recuar, agora no dia 16, com a assinatura do Decreto nº 38.554, de 16 de outubro de 2017. O Governador recuou quando queria assinar esse decreto sem discutir com o segmento de feirantes e *trailers*. Graças a Deus, nesse recuo, o Governador conseguiu contemplar, em seis reuniões, todos os presidentes de associações de feiras e representantes de quiosques.

Eu gostaria também que o Governo fosse nessa direção com relação a essa situação do Pró-DF: que o Governo recue, discuta com os segmentos, e traga, não uma lei monstrega ou um decreto monstrego, mas uma lei saudável.

Eu tive a felicidade também de contribuir com a Koc Pitt, do Jeová, lá em Santa Maria, que está no Polo JK, uma empresa que, quando nós pegamos, tinha quatro empregados: ele, a esposa, o sogro e um irmão; hoje, ela está gerando cerca de 180 empregos. Eu gostaria também de ajudar o meu amigo Fabinho das Castanhas, que está com uma empresa lá que pode gerar em torno de 60 a 80 empregos, uma situação extremamente saudável, e eu estou vendo muita dificuldade. Ele até me pediu para perguntar por que o ex-Secretário Arthur Bernardes não está presente aqui nesta reunião, foi um pedido dele.

Agradeço ao Deputado Wasny de Roure, pela Lei nº 2.263, de sua autoria, que criou o Setor de Expansão Econômica de Santa Maria, onde nós quase enfrentamos a polícia para que esse setor foi criado. Ele até hoje não é considerado uma ADE – Área de Desenvolvimento Econômico, é uma correção que precisa ser feita. Lá existem as ACs – Áreas Complementares 219, 319 e 419. A AC 419 até hoje não foi legalizada. Quando eu questionei a Lei nº 2.427, essa lei monstrega, o próprio Subsecretário José Maria falou que eu tinha perdido uma boa oportunidade de ficar calado – isso foi na antiga sede da Câmara Legislativa, onde funciona hoje a Secretaria

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

de Saúde. Eu gostaria até que ele me chamasse a atenção agora também e perguntasse por que eu questionei essa lei do Pró-DF.

Quando fazíamos o programa Cobol, tínhamos um fluxograma que verificava a probabilidade de acerto de um projeto, e temos a matemática como sendo exata, em que pegamos uma fórmula que, se bem aplicada, vai nos levar a uma solução. Eu tenho visto que essas leis que têm sido criadas são leis monstregas que precisam de um monte de reparos, são questionadas na Justiça, pelo Ministério Público, e alguns de seus pontos são declarados inconstitucionais. Então, que, nesse recuo que eu gostaria que o governo fizesse com esse decreto, nós pudéssemos criar algo.

Esse computador, esse celular, é algo extremamente inteligente, ele cria grandes chances de resultados para qualquer pessoa que queira bem utilizá-los. Que essas leis também fossem analisadas por pessoas inteligentes, com assessoria jurídica, com assessoria técnica, para que depois não sejam criadas leis que venham prejudicar muito o empresário local. Até hoje, Secretário, não está sendo atendida a demanda reprimida. Existe o crescimento vegetativo de uma cidade em que as pessoas vão ingressando no mercado com expectativas de ter a mesma oportunidade, o mesmo incentivo que outros empresários tiveram há 25 ou 30 anos. A lei do PRODECON – Programa de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal era boa, mas essa lei monstrega do Pró-DF é ruim, ela é perniciosa.

Para não tomar muito tempo, eu faço um pedido aqui ao Secretário: que o senhor envie esforços com a sua equipe no sentido de, ainda neste governo, de preferência, fazer a regularização da AC 419. Aquilo ali é dilapidação do patrimônio público, o Estado está deixando de arrecadar e as empresas estão ali sem condição nenhuma de conseguir o seu documento. E o que é pior: a liberação de lotes em Santa Maria tomou dimensões tão assustadoras que eu acho que até o Secretário atual deve ter alguma dificuldade de adentrar Santa Maria e falar assim: "Nós vamos resolver o problema desse Pró-DF em Santa Maria."

A gente inclusive não só critica, a gente apresenta proposta de solução.

Em vez de se fazer decreto, que se pense em fazer uma lei nova, completa, para essa questão do incentivo econômico, lote para os empresários; uma lei inteligente, uma lei decente, que resolva o problema do Pró-DF, seja de Santa Maria, seja das demais cidades, porque, do jeito que está, nós vamos continuar fazendo remendos, o Ministério Público intervindo, e a solução para o empresário não acontece.

Então fica aqui o meu apelo para que o governo se sensibilize no sentido de ouvir o segmento, de não fazer a coisa goela abaixo. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Vou pedir mais uma vez que fiquem dentro do tempo – são cinco minutos – porque está esvaziando. Daqui a pouco o secretário vai falar, ele vai fazer a explicação, seria importante que estivessem as pessoas aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

O último inscrito, Clemilson Frazão, empresário do Gama. Mais uma vez, peço que fique dentro dos cinco minutos.

SR. CLEMILSON FRAZÃO – Boa tarde, senhoras e senhores. Quero aqui cumprimentar o Presidente da Câmara, Deputado Joe Valle; o nosso secretário, Dr. Valdir; o presidente da federação, Pedro; e todas as autoridades aqui presentes, os empresários, as senhoras e os senhores.

Gostaria de me ater a uma ADE – Área de Desenvolvimento Econômico: a ADE do Gama. Eu acredito que, entre todas essas ADEs que saíram, a mais sofrida foi a nossa, porque, naquele período, eu acho que saíram 22 ADEs, mas a do Gama foi embargada. Ali criaram dezessete restrições acerca da questão da terra, do meio ambiente, e nós levamos doze anos para conseguir licenciar. Hoje acredito ser, senão a melhor ADE, a mais regularizada, uma das melhores, uma das mais regularizadas, porque hoje, no Gama, você consegue pedir um alvará, você consegue tirar um alvará, você consegue assentar uma empresa.

O que nós temos que fazer ali, no caso do Estado ou do governo, é dar mais velocidade, porque olha só: nós temos mais ou menos 25 anos aguardando um polo para desenvolver uma cidade. Já pensou? Aquelas crianças que nasceram naquele período hoje já são os empresários, porque aqueles que iniciaram quase todos já morreram – tanto que demorou!

Como é que você faz um empreendimento para gerar emprego e para gerar renda e demora tanto? A gente vai olhar a causa, normalmente as dificuldades estão sempre do lado em que fica o Estado, o governo. O empresário, com toda a dificuldade, tenta. Ele paga os seus impostos, a carga é mais bruta para o lado dele.

Para você entrar nesse programa, você tem que estar com o nome limpo junto ao Estado, junto ao governo – todas aquelas certidõeszinhas todo mês. Se você não apresenta uma certidão, você perde o incentivo, perde o terreno. O governo, no nosso caso, demorou essa quantidade de anos e não teve ônus nenhum. Mas nós, sim.

Aqui foi dito que empresários que iniciaram projetos ali no Pró-DF perderam esposas. Lá no Gama, por incrível que pareça. O cara vendeu o carro sem falar com a esposa, empolgado, pensando que ia construir uma loja, ia trabalhar na loja embaixo e morar em cima. Aí ele amanheceu com o terreno, de repente veio o Ministério Público e veio o IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e travou o projeto. E levou-se doze anos para conseguir sair com o licenciamento do Ibama – na época SEMARH – Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Então, esse cidadão perdeu até a família. Perdeu o bem dele, que ele vendeu e não recuperou mais, não teve o terreno e perdeu até a família. Aconteceu isso no Gama.

Então, o que acontece? Esse projeto que está aí pode não atender 100%, mas eu acho que já traz uma luz no fundo do poço para a gente. O Pró-DF é muito duro para o empresário. Primeiro porque em Brasília, normalmente, há micro e pequenas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

empresas. As microempresas, por exemplo, não têm capital. Vamos dizer assim que esse projeto como está não é para pequeno empresário, porque o pequeno empresário tem que apresentar um patrimônio de 300 mil para ele pegar um lote de 200 metros quadrados. Ora, se um empresário tiver 300 mil, ele não vai estar, digamos, sofrendo igual nós sofremos por vinte anos.

Hoje pode melhorar porque hoje nós temos um secretário realmente muito competente e comprometido com a nossa causa, mas antes?

Gente, pelo amor de Deus, é uma humilhação aquela secretaria! A gente já chamou aquela secretaria de Secretaria da Enrolação Econômica, porque é documento que vai para a Terracap, é documento que volta da Terracap. Hoje um empresário ligou para mim e eu falei: "Olha, assinei um contrato com a Terracap e já mandaram o meu processo para a secretaria." Já está tremendo de medo, porque ele não pegou a cópia do contrato e ele está preocupado que o contrato não esteja dentro do processo dele.

Então espero que esse projeto, se Deus quiser – quero parabenizar a Dra. Glenda, o Pedro e o nosso Secretário –, venha realmente para trazer melhoras para a gente, porque o empresário hoje está meio morto, gente. Se não vier alguma coisa que nos socorra, as empresas vão quebrar, porque sozinhas, hoje, as empresas estão quebrando. Se o governo vem com um projeto e ele é ruim e o empresário vende o que tem, é jogado lá dentro de uma ADE que não tem infraestrutura e não tem cliente, não é projeto para gerar emprego nem renda, é um projeto para quebrar as empresas.

Então eu acredito que, se Deus quiser, esse projeto deve passar. Eu vou pedir aqui a um Deputado ou a uma Deputada que faça uma emenda para o Gama. O Chico conhece a nossa realidade. O Chico esteve lá e sabe que aquele Pró-DF foi bruto. Você ajudou muito, viu, Chico? Queremos aqui aproveitar o momento e agradecer a você, mas precisamos fazer uma emenda para fazer um diferencial para aquela cidade. Quando eu contar a história na emenda, vocês vão chorar, porque foi bruto, foi muito sofrimento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Frazão.

Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro e depois ao Deputado Chico Vigilante. Logo em seguida, ao Secretário Valdir para fazer as explicações.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, quero cumprimentar V.Exa., toda a Mesa, o nosso querido Secretário Antônio Valdir, os Deputados presentes, todos os empresários.

Desde ontem que a Deputada Telma Rufino falava aqui no nosso plenário da necessidade de estarmos todos presentes para que pudéssemos efetivamente participar dos debates desse tema que é fundamental.

Eu gostaria apenas de lembrar aqui uma coisa que a gente nunca pode deixar esquecida. Qual é o objetivo de um programa como esse? O objetivo de um

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				34	

programa como esse é precisamente se criar um polo de desenvolvimento na cidade. É esse o objetivo. A partir daí, quando se tem focado o objetivo, não se pode ao longo da execução ir se perdendo ao longo do caminho. Temos que estar sempre atrelados àquele objetivo. O que interessa a um governo quando lança um projeto desse? Aqui eu estou falando do Pró-DF II, mas entenda-se inclusive como Pró-DF I, porque a filosofia é a mesma. O que interessa ao governo? Interessa ao governo que nós tenhamos uma população que possa encontrar na ação governamental a facilidade necessária para que possamos ter emprego na cidade. É isso que nós queremos. O governo não precisa de dinheiro. O governo precisa não ter problemas. E você tem problema quando há 400 mil pessoas desempregadas, como há hoje – uma cidade de porte médio praticamente.

Eu verifiquei o relatório da Deputada Celina Leão, que – parece-me – é a Relatora da Comissão de Constituição e Justiça. E sem embargo da importância de alguns temas que foram colocados naquele relatório, me parece que existe até alguns equívocos de remissões que são feitas a textos legais que não existem.

Valdir, veja a questão. Na verdade, no nosso entendimento, não é isso que importa. O que importa é: vamos voltar no tempo. O que o governo quer quando ele abre mão de uma terra que é de todos e possibilita que um empresário possa se estabelecer? O que é que nós queremos? Nós queremos resolver um problema nosso – “nosso”, que eu digo, do governo. E o governo aqui tanto faz ser o de hoje, o de ontem, o de amanhã, não importa. E o nosso interesse é realmente ter a nossa população contemplada quando se gera emprego.

Alguns itens que foram colocados no relatório da Deputada Celina Leão parece que servem de grande contribuição para que possamos nos propor, inclusive, a construir. E aqui vai a nossa proposta, secretário, a de construir um substitutivo a este projeto que está contaminado por alguns equívocos existentes.

Não há aqui da nossa parte nenhum desejo de assumir paternidade. Não. Nós podemos fazer esse substitutivo, e o Presidente, em nome da Câmara Legislativa, vai até lá e entrega ao Buriti. E o Governador apenas manda para cá como uma emenda. Não interessa a forma. O importante é que a gente possa realmente, de uma sessão como esta, trazer uma luz que em conjunto possa ajudar a nossa cidade. E a nossa cidade hoje mais que nunca precisa da finalidade do Pró-DF. Eu não estou falando aqui da execução, não. Eu estou falando da finalidade.

O povo do Distrito Federal abre mão de um patrimônio que tem, que é a terra, e pede como contrapartida a geração de empregos. Me parece que diversas empresas não tiveram condições de contemplar isso no tempo adequado. Mas se nós queremos encontrar uma solução definitiva, e não apenas um esparadrapo ou um paliativo, qual é a dificuldade de, ao construir um projeto em conjunto, estabelecermos novos prazos? Podemos estabelecer novos prazos. A empresa x não pôde cumprir aquilo que foi estabelecido. Muito bem, você tem um novo prazo, improrrogável. Mas nós precisamos apresentar soluções.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

E para nós, enquanto governantes – porque tem muita gente que pensa que governo é só Poder Executivo, mas governo são todos que são agentes políticos –, para nós, enquanto governo, o que interessa é realmente fazemos com que o Pró-DF reencontre a sua filosofia originária. E ao encontrar, poder resolver um problema que hoje nos aflige demais. Aliás, hoje nos aflige mais que ontem. Se ontem já era necessário e gerou o Pró-DF, imagine hoje com tanta gente desempregada no Distrito Federal.

Então, a nossa proposta, Sr. Presidente, é no sentido de se construir um substitutivo que pode ser a múltiplas mãos. Com o governo, com o setor produtivo, com os adimplentes, com os inadimplentes, que estão interessados também, com a Câmara Legislativa. E se o texto legal determina que esse substitutivo seja de autoria do Poder Executivo, não há problema nenhum, que se encaminhe para lá para que o Governador tenha o trabalho só de assinar.

Eu espero que ele não continue tão lerdo e assine logo.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra à Deputada Telma Rufino.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só queria falar com vocês aqui, Deputado Raimundo Ribeiro, porque eu vou precisar sair para atender a um compromisso agora, mas os meus colegas ficarão. Esta comissão é de todo mundo, não é só minha.

Eu queria falar para o Deputado Raimundo Ribeiro que eu não poderia deixar isto passar em branco. Seu infame, você hoje me fez ir à comissão dos direitos humanos para votar um projeto seu que proibia os mendigos de pedir na Rodoviária. Disseram que o projeto é de V.Exa. Eu vou lá e vou dar um cartãozinho para cada um deles para virem pedir aqui no seu gabinete. Você vai ver. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputada Telma Rufino, muito agradecido. Foi a Deputada Telma Rufino que proporcionou todos esses momentos, há um grupo de Deputados com ela, Deputados que estão presentes. Agradecemos e sabemos da importância do outro compromisso que S.Exa. tem agora, mas ela está com a Assessoria presente.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados presentes, empresários, trabalhadores, a primeira coisa da qual a gente tem que partir é do ponto de que o Pró-DF não é igual, logo tem que ser uma lei que diferencie o Pró-DF. Você não pode comparar o Pró-DF, que é Pró-DF também, chamado Polo de Desenvolvimento JK, com a ADE – Área de Desenvolvimento Econômico do Setor P Sul, Centro/Norte. Não é a mesma coisa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	36		

Por que eu digo isso, Sr. Presidente? Porque a ADE do Setor P Sul, em determinado dia, alguém disse que ia fazer uma área de desenvolvimento lá. Pegaram os empresários e jogaram dentro de uma área de preservação ambiental, soltaram-lhes lá dentro. Eles começaram a construir, e o Ministério Público foi lá e embargou. Daí não podiam colocar luz, não podiam colocar água, não podiam colocar nada; anos e anos, endividados, sem poder vender nada.

Ainda tem o absurdo de te colocarem lá e você já ter de pagar, imediatamente, o IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano, quando quem, no meu ponto de vista, deveria pagar era a Terracap, que continua sendo a dona da terra. As pessoas se endividaram, algumas morreram de infarto. A gente pegou para ajudar a resolver.

A questão da ADE do Gama, da área de desenvolvimento do Gama, que fica na entrada do Gama. Um dia, os empresários do Gama me chamaram para uma reunião, para um café da manhã. Eu cheguei lá e tinha gente que estava tão descrente que não acreditava mais em nada. Eu que não sou de prometer que vou resolver o que eu não tenho condições de resolver, falei que ia lutar junto com eles. Tinha um rapaz lá que, quando a mãe dele começou essa luta... Ele já estava com 22 anos de idade. E nós resolvemos, e está lá.

Ainda tem problema, porque, quando a gente achou que tinha resolvido tudo, que era para entregar, descobriram que precisava de um relatório de impacto arqueológico. Foi, Deputado Joe Valle. Relatório de impacto arqueológico.

Eu quis saber o que era isso. Disseram que era para saber se algum dinossauro tinha passado por lá, e foi feito. A Terracap teve que contratar e fazer. Ela teve 180 dias para fazer. Qual a nossa preocupação? É que só quem atesta esse relatório é o IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Quando eu fui ao Iphan, ele só tinha cinco técnicos para o Brasil inteiro.

O que eu disse para os empresários do Gama? Fiquem rezando todos os dias para não descobrirem um rastro de dinossauro porque, se não, não ia sair nunca. Felizmente, não tinha, e saiu.

Acho que o mal também, Deputado Prof. Reginaldo Veras, é que cada governo que entra quer acabar com tudo o que o outro tinha feito para começar de novo. Eu pergunto...

O Governo Agnelo Queiroz, falem o que quiserem, deixou 70 milhões de dólares para implantação de infraestrutura nas áreas de desenvolvimento econômico. Setenta milhões de dólares em caixa. Eu pergunto: por que não fizeram se o dinheiro ficou em caixa? Porque, se tivessem pegado esse dinheiro e feito nas áreas, certamente, os empresários daquelas áreas estariam com as terras mais valorizadas.

Não adianta a gente chegar, prometer – eu não prometo o que não posso fazer – e dizer: pode deixar que a gente faz tudo. Tudo bem, nós vamos votar uma lei, temos que ter o maior cuidado para votar nela. É bom que se diga desta tribuna,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				37	

Deputado Joe Valle, que a lei do Pró-DF o Ministério Público olha com lupa. Olha de lupa, embarga e derruba. E aí, os empresários ficarão mais anos e anos esperando.

A gente faz dentro de um modelo, mesmo que não agrade a todos, mas tem que ser verdadeiro. Se não fizer daquele jeito vai ser embargado, ou é mais uma lei que não vai pegar, ou vai ser derrubada. Não adianta colocar uma emenda para lhe favorecer e, dependendo da emenda, contaminar todo o projeto. É mais facilidade para o Ministério Público derrubar.

Para concluir, Secretário Valdir, uma questão está contida no projeto, a qual eu acho ruim. É dizer que tem que manter o mesmo nível de emprego durante cinco anos. E se você começou uma fase até boa, mas no segundo ou terceiro ano vem uma desgraça, uma crise profunda e você tem que demitir dois ou três? Eu acho que tem que prever essas coisas, porque a gente não é responsável pela política econômica, a gente não é responsável pelas crises.

Outra coisa tem que estar na lei: não pode vender, gente! Você vai ao Pró-DF do Guará, no Polo de Modas, aquilo virou o quê? Setor habitacional. Vai lá derrubar um prédio que está todo irregular, para ver a confusão que dá. Eu acho que, além da lei, tem que ter a conscientização de que a terra não é de um, é da população do Distrito Federal.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, Deputado Chico Vigilante.

Concedo a palavra ao Secretário de Economia de Desenvolvimento Sustentável, Antônio Valdir Oliveira Filho.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Deputado Joe Valle, Srs. Deputados, amigos da Mesa, empresários presentes, é importante fazer a separação entre o que de fato a Secretaria de Desenvolvimento Econômico trabalha, o que a gente está tratando nessa lei e os problemas e anseios que estão sendo levantados aqui pelos empresários. Eu sei o quanto os senhores estão angustiados com isso, porque eu vivi durante seis anos no Sebrae dentro de pequenos negócios. Eu sei o que sofre o pequeno empresário.

Nós na Secretaria e no nosso programa não tratamos de regularização fundiária. Regularização fundiária compete a outra pasta, há outro rito, que não é o Pró-DF. O Pró-DF é um programa de benefícios de estímulo ao desenvolvimento de empresas que possam gerar emprego e renda. Essa é a lógica. Na verdade, para os senhores entenderem – Deputado Prof. Reginaldo Veras, se eu não conseguir aqui, pelo tempo, ser claro, farei uma visita ao senhor para explicar com mais detalhes, se necessário, bem como para todos os presentes –, hoje para que o benefício seja usado, eu lembro que o Pró-DF é um benefício econômico. O que seria um benefício econômico? Seria um desconto para estimular a instalação e alavancagem de uma empresa, ou um benefício fiscal que teve seu processo de contestação, que tenha outras questões judiciais envolvidas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

O Pró-DF é um benefício que é dado, ele não trata de regularização. Para que esse benefício entre... nós somos, na verdade, a última ponta dessa cadeia. Essa cadeia começa na regularização fundiária. A SEDHAB – Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Habitação; a SEGETH – Secretaria de Estado, de Gestão do Território e Habitação; a secretaria que cuida da gestão territorial faz uma proposta para que determinada área seja uma área de desenvolvimento econômico. Para que essa área seja concretizada como tal, precisa passar por audiências públicas, vai para o CONPLAN – Conselho de Planejamento Territorial e Urbano do Distrito Federal, depois do Conplan vem para esta Casa, onde é aprovada uma lei dizendo que aquela área é uma área de desenvolvimento econômico.

Até então, nós não estamos falando de benefícios, estamos falando de regularização de terras, de regularização fundiária. Depois que é feito isso, a Terracap olha para esse espaço que foi definido por lei como de desenvolvimento econômico e, em comum acordo com a secretaria ou olhando o interesse dela, vê quais lotes ali pertencem à Terracap e quais lotes ela pode disponibilizar para um processo de benefício. Nem todos os lotes comerciais de propriedade da Terracap são passíveis de benefícios, porque a Terracap também tem a sua estratégia na venda desses imóveis, até porque ela precisa de recurso para fazer infraestrutura. Então, parte desses lotes, quando definidos pela Terracap, são oferecidos para que se possa iniciar um processo de benefício econômico.

Esse processo de benefício econômico, segundo a lei, começa com um instrumento, a carta consulta. Essa carta consulta é solicitada pelo empresário, ou potencial empresário, em cima de um projeto que ela exige. Fazemos uma análise técnica na secretaria e dizemos: está compatível o que você está querendo com essa área que aqui está. Nós indicamos uma área, e aí o empresário aceita a área. É nesse momento que ele faz o que chamamos de PVEF – Projeto de Viabilidade Econômico Financeira. Nesse projeto ele diz quantos empregos serão gerados, o que ele vai investir, como vai ser o galpão, a estrutura da sua empresa.

O processo é instruído pela secretaria e vai para o COPEP – Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal. O conselho tem por lei a competência de definir, de deliberar sobre o benefício econômico, é a ele que cabe essa atribuição, não cabe ao governo, cabe a ele. Esse conselho é composto por metade de representantes do setor produtivo, metade de representantes do setor governamental. Esse conselho diz: a proposta que veio, o projeto que veio é para gerar tantos empregos, é uma empresa assim, assim, assim. Então, está aprovado, e você tem hipoteticamente um prazo de dois anos para implementar seu negócio.

A partir daí, o empresário pega esse projeto e vai implementá-lo. Ele pode ter dificuldades de conseguir os seus alvarás, vêm as dificuldades, mas ele vai vencendo. Se ele conseguiu implementar no tempo que o Copep determinou, passa a cumprir aquelas metas que foram acordadas no projeto e deliberadas, aceitas, determinadas

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

pelo Copep. Quando termina o prazo estipulado na lei, de comprovação de todas as metas que se comprometeu a cumprir, ele recebe um atestado que lhe dá o direito de ter a regularização do seu imóvel através de escritura.

De forma mais didática estou explicando como é a formatação legal do Pró-DF. É assim, não trata o Pró-DF de regularização, a regularização já tem que ter acontecido. Aí vem a pergunta: é possível fazer benefício econômico em lotes que não estejam regulamentados, regularizados? Não é possível. A legislação não permite, nem teria sentido. Como vou oferecer um desconto, que é o benefício econômico, para uma terra que não é minha ou que não está regularizada? Só que, ao longo do tempo, muitas pessoas foram entrando, seja por fraude, seja por necessidade, seja por vários motivos.

A economia, quando a travamos muito, procura outros caminhos. É igual água, que procura outros caminhos, as pessoas precisam sobreviver. Todos os senhores que estiveram aqui e vieram falar lutaram por isso, tinham que sobreviver, não podiam esperar. Se o Estado não encontrou regras adequadas, naturalmente os senhores encontraram e fizeram, porque a família tinha que sobreviver. Ao longo do tempo isso foi se estabelecendo. Eu ouvi pessoas falando de vinte, vinte e oito anos.

Quero dizer que não sei se alguém consegue vivenciar as dificuldades do empresário mais do que eu. Igual a mim, tudo bem, mas mais do que eu... porque eu passei seis anos dentro de micro e pequena empresa. Eu fazia diagnóstico em micro e pequenas empresas; apesar de ser superintendente, eu fazia. Há empresário que sabe, porque já me viu vestido de uma camisa de agente de orientação empresarial, entrando em empresas e fazendo diagnósticos.

Eu conheço a realidade, só que eu não posso – eu já adianto aos senhores –, em seis meses, resolver o problema de 30 anos, porque esse problema é muito mais complexo do que o que nós estamos debatendo aqui, pois é um problema de regularização fundiária. Ele não cabe à Secretaria de Desenvolvimento Econômico, ele cabe a outros órgãos do governo, ele cabe a esta Casa Legislativa, ele precisa também uma atenção especial do Ministério Público que ali está.

Quando os senhores... Eu vi aqui algumas exposições de Santa Maria, da qual eu conheço o problema. Eu vi de São Sebastião, do qual eu também conheço o problema, Deputado Lira. Em Santa Maria, em especial, não há Pró-DF. O Pró-DF de Santa Maria, para os senhores entenderem, está no Polo JK. O que nós temos em Santa Maria? Há lotes comerciais que foram ocupados e estão se desenvolvendo, há geração de empregos, há empresas funcionando lá dentro, mas a estrutura do Pró-DF, como eu falei aos senhores, não podia existir. Por quê? Por que lá ainda estava em processo de regularização quando os senhores foram buscar suas atividades profissionais.

Nosso amigo da Placa da Mercedes, eu estive lá. Eu vou dizer: é uma pena, é lamentável. É grande empresa, é média... Porque grande empresa, gente,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

sinceramente, na economia do Distrito Federal, não há mais. A economia foi minguando. Nossas empresas grandes estão se transformando em médias; as médias, em pequenas; e as pequenas estão sumindo. Eu sei disso. Mas, lá na Placa das Mercedes, são empresas de porte maior com esgoto a céu aberto. Eu estive lá com Valdemir Rais. Estou tentando lutar, só que o problema é que, na Placa das Mercedes, essa terra nem regularizada está. Há um processo na SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação para tentar regularizá-la. Como é que o Pró-DF pode ajudar a Placa das Mercedes? Não pode, porque, primeiro, precisa haver uma regularização fundiária. Se a gente misturar as estações, o que vai acontecer é que vamos ter mais um embargo judicial. Por quê? Porque vamos atropelar as coisas e cometer ilegalidades ou vícios nesse processo, o que não podemos fazer.

Então, o que fizemos nesse projeto de lei? Primeiro, eu dei aos senhores, de forma didática e mais simples, uma explicação de como funciona isso. Agora, eu vou dizer o que foi esse projeto de lei. O que estamos fazendo na Secretaria? Nós estamos olhando para esse estoque de problemas que estão na Secretaria, que são muitos, são 5 mil problemas possivelmente, 4.500 problemas dos mais diversos: ocupação irregular, desvio de finalidade, falsidade ideológica. Há de tudo nesse Pró-DF. Estamos tentando separar para regularizar o que é possível do benefício. Então, vamos separar. Eu sempre digo que o Pró-DF, lamentavelmente, parte dele é um cadáver insepulto. Eu não vou conseguir resolver, ninguém consegue resolver. Agora, há coisas passíveis de resolver. Vamos tentar separar o que é passível de resolver para tentar resolver, mas eu não posso misturar tudo. Eu não posso tentar resolver 30 anos em um projeto de lei que foi construído em 3 meses, debatido com as entidades representativas, com que nós tentamos construir, porque não dava para fazermos uma construção minuciosa com muita gente, porque não conseguimos fazer isso. Nós estamos fazendo isso agora aqui, porque esta Casa nos ajuda nisso. Naquele instante em 3 meses, tentamos separar começando pelo que é mais fácil, porque, se começamos pelo que é mais fácil e regularizamos, gente, nós começamos uma onda de regularizar aquilo que há de pendência no Pró-DF, mas pendência no Pró-DF.

Os senhores não vão ter na Secretaria de Desenvolvimento nenhuma ação para regularização fundiária, porque não nos cabe e não adianta eu fazer isso. Se colocarmos isso nesse projeto, vamos misturar as coisas e não vamos dar solução para o que é passível do benefício.

Eu entendo que a regularização fundiária precisa ser resolvida no Distrito Federal. E ela precisa ser resolvida para quem tem residência e para quem tem comércio também, pois quem tem comércio que está há muitos anos gerando emprego e fazendo aquela economia funcionar, ele não pode ser abandonado. Mas não é o Pró-DF quem resolve isso. Quem resolve isso é a regularização fundiária.

Então, o que nós fizemos? E aí, Deputado Prof. Reginaldo Veras, vou lhe explicar. Nós fomos atrás, primeiro, de fazer um ponto de corte daquilo que juridicamente não se tem dúvida, para depois seguirmos para outros debates em que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

se tem dúvida para encontrarmos caminhos. E assim nós vamos resolvendo devagar o estoque que tem lá.

Nós tivemos, no dia 20 de maio de 2015, a edição, a publicação de um decreto que determinou uma interpretação com relação a essas regras, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que eu acabei de lhe falar. E aí, Deputado Wellington Luiz, dali para frente, o que aconteceu foi o seguinte: pessoas que já tinham a escritura na mão ou que já tinham o AID – Atestado de Implantação Definitiva, que dá direito à escritura na mão, passaram a ter que comprovar novos empregos por conta da interpretação. Não estou nem julgando se a interpretação está certa ou está errada. Eu estou lhe dizendo é que, naquele instante, foi dito: "Só pode ter direito à propriedade da terra, à escritura, quem tiver cinco anos de comprovação das metas estabelecidas no PVTEF – Projeto de Viabilidade Técnico Econômico-Financeira." Mas, até então, a Secretaria não tinha essa prática. Ela emitia o Atestado de Implantação Definitiva; seis meses depois, a pessoa ia, comprovava, tirava a escritura e ficava com a escritura na mão. O que está acontecendo? Esses empresários estão indo à Justiça e estão ganhando. Se os senhores olharem, na justificativa desse projeto, nós incluímos seis casos de empresários que foram à Justiça e ganharam em segunda instância, porque eles já têm a escritura na mão.

Então, nós vamos começar pelo que é mais fácil. O que nós fizemos? Quem tem escritura pública ou quem tem Atestado de Implantação Definitiva, que dá direito à escritura pública, emitido até 19 de maio de 2015 – portanto, um dia antes da publicação do decreto – passa a ter a sua segurança jurídica garantida para trabalhar os seus imóveis e encerrar o seu benefício econômico. Com isso, a gente vai dar segurança jurídica para quem já tem isso ganho na Justiça. É o primeiro passo que nós estamos dando para regularizar o Pró-DF. Tem outros? Tem.

Nós já estamos construindo na Secretaria um segundo passo, que nós não quisemos botar nesse projeto de lei, porque queremos fazer por partes para evitarmos que se queira resolver tudo e não se resolva nada.

Meus amigos, eu sei da angústia de vocês. Mas, se a gente não consegue resolver o problema de alguns agora... Vamos deixar se resolver o problema de alguns. Vamos abrir mão nesse instante para tentarmos ir resolvendo devagarzinho. Porque não pode um problema que se acumulou em trinta anos ser resolvido em uma lapada só. Não vai ter jeito de se fazer isso.

Então, qual é o segundo passo? Nós temos empresários que tiveram acesso a benefício, no entanto eles não deram conta de concluir. E aí eles fizeram galpões, eles investiram, mas abandonaram, porque acabou o dinheiro, porque eles quebraram. E, com isso, o que está acontecendo? Tem um monte de imóveis no Distrito Federal em área de desenvolvimento econômico que estão abandonados. O que nós vamos fazer? Nós vamos criar uma alternativa pública... É o que nós estamos querendo. Estamos em processo de negociação com a Terracap, porque nós temos que encontrar a forma legal de fazer isso. Mas, depois que regularizarmos, com esse projeto de lei, quem tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	42		

escritura e quem tem AID, nós vamos partir para aqueles que estão com pendências porque quebraram. Nós vamos encontrar uma alternativa pública, através de um portal, para que ele possa vender o benefício dele para algum empresário que queira entrar naquele espaço, garantir as metas que foram acertadas, que foram acordadas, botar os negócios para funcionar e o empresário que quebrou ter acesso ao recurso que ele investiu. Já é um segundo passo que a gente vai conseguir para resolver para mais algumas pessoas.

Então, nós queremos construir, até 31 de dezembro de 2018, soluções que possam resolver parte do estoque. Nós não vamos resolver tudo. Não tem como resolver tudo num período tão curto, até porque tem coisa que não é passível de solução, não na ótica do desenvolvimento. Quem construiu apartamentos e vendeu, isso não é debate de desenvolvimento econômico, não adianta fazer lá. Tem toda uma questão de gestão territorial, ordenamento urbano, que não é a área de desenvolvimento que faz.

Então, o que a gente está querendo fazer com esse projeto de lei é apenas regularizar, iniciar um processo de regularização de benefício – não de terra, porque nós não regularizamos terra – para começar a dar segurança jurídica para os empresários que tiveram sua insegurança instalada em determinados momentos de relação com o Governo. Então, nesse instante... Só um pouquinho. Eu ouvi todos vocês e precisava de vocês me ouvirem, porque isso é importante.

Então, nesse instante, o que estamos oferecendo aqui é um projeto de lei. E é importante dizer, Deputado Joe Valle, que, primeiro, vamos iniciar uma regularização de benefícios, não de terra. E vamos iniciar por aquilo que é pacífico no entendimento jurídico.

Segundo, esse projeto de lei traz um tratamento diferenciado para micro e pequenas empresas. Estão dizendo que esse projeto de lei só atende a grandes empresários. De duas, uma: ou não leram o projeto, ou estão com uma intenção ruim para cima desse debate. Por quê? Porque nós demos um tratamento diferenciado a esse projeto, para as metas, para as micro e pequenas, porque a Constituição já diz que nós temos de ter tratamento diferenciado para micro e pequenos empresários. Esse projeto não foi feito para grandes empresários, mas para todos, como tem que ser, tratando diferente os diferentes. É injusto dizer que construímos um projeto... Até porque, no nosso grupo de trabalho, tinha um representante da Federação das Micro e Pequenas Empresas. Ele não teria aceito se fosse assim. Então, é injusto dizer isso.

Temos nesse projeto, Deputado Prof. Reginaldo Veras, duas coisas: primeiro, esse ponto de corte. E, aí, não vamos fazer regularização fundiária, porque não é para fazer. Se tentarmos fazer regularização fundiária nesse projeto, vamos botar em risco o empresário que tem a escritura na mão e não consegue operar.

Nós vamos fazer a regularização do benefício para quem tem escritura e atestado de implantação definitiva até 19 de maio. Por quê? Porque de 20 de maio de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

2015 para a frente, vamos respeitar o decreto que foi editado com as regras ali estabelecidas. Nós só não vamos retroagir para atrapalhar.

A segunda coisa: vamos dar tratamento diferenciado ao micro e pequeno empresário, com relação às metas que foram acordadas, podendo, inclusive, retroagir para poder facilitar a vida do micro e do pequeno empresário. São as duas coisas que estão nesse projeto.

É isso, Deputado Joe Valle. Eu tentei fazer de forma didática a separação e aí volto a fazer um apelo aos senhores: precisamos iniciar essa regularização, porque todos os discursos que foram feitos aqui têm razão. Esse programa do Pró-DF trouxe, ao longo de muitos anos, muitos aborrecimentos, muitas tristezas. Tem muita coisa errada dentro dele, é verdade, todo mundo sabe disso. Agora, a maioria dos empresários que estão lá precisam de segurança jurídica, porque eles colocaram a vida deles dentro desse negócio, desde o pequenininho até o grande. Não tem diferença. Eles botaram a vida deles dentro.

Vamos iniciar a regularização dos benefícios da forma mais fácil e, depois que conseguirmos isso, vamos avançar naqueles pontos em que há mais dúvidas, até chegarmos aos limites que a lei nos impõe. Porque vai ter coisa que não vai ser passível de se resolver. E volto a dizer, Deputado Joe Valle: não é proposta da secretaria tratar regularização fundiária. Os imóveis, os lotes que têm problemas fundiários devem ser resolvidos pela Terracap, pela Segeth. Isso não é benefício econômico. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico não trata de legislação fundiária. Ela trata de benefícios econômicos, que só podem ser dados depois de a terra ser regularizada. É assim que funciona.

Então, agradeço a oportunidade e fico à disposição.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado.

Há mais duas pessoas na Mesa para falar.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Secretário Valdir, quero parabenizá-lo pelo encaminhamento do PL a esta Casa e também pelo esforço que o senhor está fazendo para regularizar o Pró-DF, mas nesse projeto aqui tem duas situações que eu gostaria que o senhor esclarecesse melhor. Primeira situação: "O beneficiário de boa-fé que já detinha atestado de implantação definitiva sem ressalvas emitida até o dia 19 de maio de 2015, poderá exercer a opção de compra na forma prevista no respectivo contrato assinado com a companhia..." – no caso, a Terracap – "... para obtenção da escritura pública definitiva de que trata o caput deste artigo."

A pergunta que faço é a seguinte: no caso daquelas empresas que têm imóvel já construído, há um prédio lá, a estrutura física está funcionando, mas que não têm esse documento, como é que fica? Por exemplo, está com a documentação, com o

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

pedido de regularização tramitando na Secretaria de Desenvolvimento Econômico, já deu entrada na documentação. E também no caso da empresa que, por algum motivo, foi parar no Copep e está ainda em julgamento. Como é que vai ficar a situação dessas empresas?

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Deputado, obrigado pela oportunidade. Eu tinha me esquecido de um detalhe, de explicar por que a gente não ampliou e ficou no atestado de implantação definitiva.

Bom, primeiro, o que dá garantia ao empresário, para que ele tenha escritura? Nós partimos do pressuposto de que, nesse primeiro instante, vamos encerrar o benefício, a relação do benefício econômico, as pendências com relação ao benefício econômico para quem tem escritura do imóvel. Por quê? Porque se você recebeu da secretaria... Certo ou errado quem lhe deu, mas se você recebeu da secretaria um *ok* dizendo que você estava quite com o programa e podia (ininteligível) a secretaria, não cabe mais ao Estado lhe pedir nenhuma pendência ou providência. Por que nós botamos 19 de maio? Porque essa interpretação ficou clara em um decreto do dia 20 de maio de 2015. Então, a partir do instante em que o decreto foi publicado, vamos respeitar a regra que está no decreto. Até o dia 19 de maio, não tinha isso de forma clara; e, como não tinha, a secretaria emitia atestados de implantação definitiva que davam direito à escritura.

Então, fizemos um ponto de corte para dizer: quem tem esse AID na mão, que é o *ok* da secretaria com relação às pendências, já dali para frente está resolvido. E aí vem a pergunta que o senhor fez: “E quem não tem?” Por que não fizemos uma abrangência maior, Deputado Prof. Reginaldo Veras? Porque, neste caso, o Copep é o órgão competente para dar novas regras. Vou lhe dar um exemplo: se uma determinada empresa teve acesso ao benefício, mas teve dificuldade na implantação do seu empreendimento, seja por motivos da administração, seja porque choveu, seja porque foi ele não conseguiu no prazo estabelecido, ele não cumpriu as regras; ou ele não cumpriu as regras de emprego estabelecidas. Só quem tem competência para definir um novo contrato com ele é o Copep. O que a gente faz? Nós instruímos o processo. Então, esses empresários, que têm o benefício... Estamos falando sempre aqui de empresários que já têm o benefício, porque, se ele não tiver, o debate dele é de regularização fundiária, não tem nada a ver com a nossa secretaria.

E aí, Deputado Wasny de Roure, aproveitando a oportunidade da pergunta que o senhor fez...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Sem problemas, Deputado.

O senhor perguntou se a questão de moradia estava discutida nesse PL. Não está. Nós não debatemos nesse PL a questão de regularização fundiária, porque ela não é pauta da nossa secretaria. Se ele fez moradia, se ele construiu de forma indevida, isso não é debate nesse projeto.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

Só concluindo para o Deputado Lira, então, para aqueles empreendedores que não tiveram o atestado de implantação na mão, por motivos diversos, a regra diz que o Copep pode definir as novas condições.

Nós fomos à empresa fazer uma vistoria e descobrimos que estava fechada; ou, na Gefip que ele apresentou, não havia os trinta empregos, só quinze. Quem é que pode definir que aquela regra pode ser reavaliada, para que ele possa ter o benefício dele dado como quitado? Quem pode fazer isso é o Copep, que é uma entidade que tem parte, inclusive, do setor produtivo, é quem firma o acordo, é quem delibera. Esses casos não precisam de lei. A lei não precisa tratar, porque o Copep já faz. O problema é que o Copep ficou desativado. E, aí, juntou, e hoje nós temos quatrocentos, quinhentos processos de empreendedores dependendo de deliberação do Copep, que está mensalmente se reunindo para tentar dar vazão. Mas ele já tem a competência, não precisa haver uma lei dizendo. Este empreendedor a que o senhor está se referindo, se ele teve dificuldades na instalação, o Copep irá resolver o problema, para sim ou para não, porque o Copep pode entender também que não há o direito ao benefício. Isso não quer dizer que ele não possa ter a propriedade da terra, porque são coisas distintas. A única coisa é que ele terá que fazer a compra direta na Terracap, sem o benefício.

Para o senhor entender bem como essa discussão é diferente: uma coisa é o benefício; outra, é a propriedade da terra, que ele pode continuar a ter. Ele só não terá acesso ao benefício, porque não cumpriu ou cometeu alguma irregularidade. Isso não quer dizer que ele não poderá comprar da Terracap, ele terá acesso. Não sei se expliquei o que o senhor pretendia.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Primeiro, boa tarde a todos.

Eu quero fazer um registro aqui, Sr. Presidente. Em outubro do ano passado, há praticamente um ano, nós recebemos uma série de entidades, de empresários, que nos levaram algumas ações judiciais, alguns processos, alguns problemas que estavam acontecendo dentro da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e dentro da Terracap. Depois, fomos fazer um levantamento e verificamos que eles não eram tão poucos assim. O nosso Secretário Valdir disse que esse projeto vai resolver o problema de algumas empresas, elas são em torno de mais ou menos 4.200 a 4.500. Nessa reunião, tínhamos lá mais ou menos umas 20 pessoas – o governador nos recebeu, à época, o Secretário Arthur não pôde estar presente e enviou um representante da secretaria. De lá para cá, um projeto foi enviado à Casa Civil e, depois, houve a troca de secretários. O Secretário Valdir, logo que assumiu, puxou esse projeto, fez inúmeras reuniões – na Fibra, na Fecomércio, no Sinduscon, na própria secretaria – com diversas entidades e com alguns, inclusive, que estão compondo a Mesa aqui neste plenário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				46	

Quero dizer a alguns Deputados que passaram por aqui, deixar claro, que esse não é um projeto do governador ou do governo, esse é um projeto para as empresas poderem continuar trabalhando, pagando impostos e gerando emprego. Pelo menos foi isso o que eu entendi ao ler e conhecer um pouquinho do Pró-DF. É um projeto de lei muito pequeno, de cinco artigos. O secretário, pelo que entendi, tomou um cuidado muito grande, Deputado Wasny de Roure, para não mudar a regra no meio do jogo. Se assim o fizesse, a lei não duraria uma semana; talvez, nem um dia, após a sua publicação, por contestações.

O ponto que trata a lei é, basicamente, a interpretação, porque todos os outros secretários que passaram pela pasta tinham uma, mas aquele que o Secretário Valdir sucedeu teve um pensamento diferente, juntamente com a sua equipe. Esse pensamento diferente, que foi colocado numa pequena linha no decreto que foi publicado pelo governador, colocou mais de quatro mil escrituras em cheque. Muitas delas estão sendo questionadas pelo Ministério Público e muitas respondendo processo judicialmente. O cuidado que a secretaria teve e eu, como Relator dessa matéria na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, entendi é que aqui não se muda nada. Aqui só se muda uma pequena interpretação que o outro secretário teve, mas na verdade está se tendo um trabalho danado para mudar e deixar claro numa lei para que não haja novas contestações e para que esses empresários, que são mais de 4 mil, possam continuar pagando seus impostos e gerando empregos todos os dias.

Quero dizer também que nós já apreciamos esse projeto na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós o votamos ontem. Foi a primeira comissão pela qual o projeto passou, faltam mais três comissões. É bom frisar aqui também, não sei se o Secretário Valdir disse, nós temos que ter muito cuidado com esse projeto porque o Pró-DF I foi dado como inconstitucional. Em muitas falas aqui, pessoas dão sugestões para deixar mais ou menos parecido com o primeiro, que foi inconstitucional. Então, nós não podemos deixar que isso aconteça. Temos que tomar esse cuidado. E o debate não está sendo tão açodado porque esse projeto faz um mês hoje que foi lido aqui no plenário da Câmara Legislativa. Faz trinta dias. Já não é tanta surpresa assim.

Eu estou à disposição. O debate não acabou ainda. Eu sou membro da Comissão de Assuntos Fundiários. Um dia esse projeto vai passar. Nós temos aqui o Deputado Prof. Reginaldo Veras, que é o Presidente da CCJ. Temos o Deputado Cristiano Araújo, que conhece bem a matéria e é membro da comissão de meio ambiente, onde essa matéria vai ser pautada.

Eu estou à disposição. Obviamente nós vamos escutar todos aqui. Eu tenho certeza de que nós vamos votar na semana que vem ou na próxima semana, quando o Presidente quiser pautar ou quando for aprovado no Colégio de Líderes. Eu tenho certeza de que nós vamos aprovar, acima de tudo, um projeto bom para a cidade e um projeto constitucional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	47

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente.

Lembramos que o projeto foi lido nesta Casa no dia 19 de setembro, ou seja, há exatamente um mês.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na hora em que eu tinha me inscrito, o Deputado Rafael Prudente estava à frente.

Eu havia levantado um ingrediente, Secretário, que tem impedido a regularização. Eu sei o que é regularização fundiária. Trabalho há muitos anos com essa matéria. Não se trata disso, mas se trata de um fator que tem sido impeditivo no processo de conclusão do Pró-DF para que as empresas possam se habilitar porque, de repente, aproveitando a parte superior, construíram instalação, seja para descanso, seja até mesmo para moradia. Ninguém aqui está para ludibriar o poder público. Eu sou contra. É preferível encarar o problema e tentar encontrar uma saída do que ficar ludibriando. Nessa matéria, houve até insinuações de as pessoas quererem regularizar: “Olha, ponha aqui umas instalações produtivas que vão regularizar. Depois você vem e acaba mudando”.

Na realidade, existe uma coisa absolutamente comum de acontecer. De fato, não deu outra: ocorreu. É a utilização do pavimento superior para moradia. Isso é um dificultador hoje. Não é nessa matéria que vai ser tratado esse assunto.

Agora, voltando à matéria fim, permitam-me dizer aqui, as emendas apresentadas, eu gostaria de ouvir do senhor uma explicação: por que essas emendas apresentadas tiveram essa motivação de incluir uma parcela dos que já têm o programa do Pró-DF, mas que estão, ainda assim, excluídos de serem beneficiados por essa lei, e se é possível essa lei recepcionar esses pequenos empresários. Uma terceira pergunta, secretário. Eu também sou daquele que, se o poder público ou os governantes admitirem que cometeram uma falha, acha isso muito mais honrado do que ficar sustentando uma proposta que não tem base e amparo no ordenamento jurídico do País ou da cidade. Veja bem, o senhor se lembra que eu citei há pouco que participei de um evento. O Deputado Cristiano Araújo, o Deputado Robério Negreiros, o Samuca – permita essa liberdade porque tradicionalmente ele é conhecido por Samuca – estavam presentes. Lotaram uma igreja.

Eu não estive lá no Serejinho, do Elmo Serejo, não assisti, mas eu ouvi falar. Li pela imprensa. Como eu acompanho a situação de Santa Maria – fui um dos autores do primeiro projeto –, o que aconteceu em Santa Maria? V.Exa. tem total conhecimento já a essas alturas. Em uma parte de Santa Maria, Deputado Wellington Luiz, foi implantado o programa do Pró-DF dentro de área pública. Nenhum problema. Passível

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	48	

de ser resolvido. Uma outra parte, por autorização do Governo Roriz, à época, ampliou o programa Pró-DF, porém, numa área que é considerada particular. Enfim, a cidade desenvolveu os dois projetos com essa dificuldade, hoje, de regularização.

Veio esse decreto, que eu não conhecia quando foi assinado. Eu só participei do evento lá, mas acreditando nele, pois o Governador tem uma equipe de pessoas bastante séria e responsável, mas depois, não serviu para nada. O Samuca falou isso aqui: não deu em nada.

Então, o que, de fato, a sua gestão identificou nesse projeto? Está valendo? Não está valendo? Está correto? Não está correto? Vamos admitir, vamos partir para outra, Deputado Wellington Luiz. Não podemos acreditar em algo que não tem fundamento. Foi por isso que eu indaguei: ora, esse projeto que veio para cá tem um parecer da Procuradoria?

Foram basicamente essas três questões que mais me incomodaram nesta tarde de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Com a palavra o Secretário Valdir.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Obrigado.

Bom, Deputado Wasny de Roure, vamos começar com a questão da moradia. Ela não é pauta desse projeto, não. Nós não vamos tratar disso e não vislumbramos tratar disso nos próximos períodos. A gente vai tentar regularizar aquilo que é possível primeiro, nesse início, que é um negócio, especificamente, focado em empresas.

Segunda coisa que V.Exa. me perguntou: por que não entraram todas? Porque não é preciso. Eu estava explicando aqui, Deputado Wasny de Roure, que nós temos um conselho, que é o COPEP – Conselho de Gestão do Programa de Apoio ao Empreendimento Produtivo do Distrito Federal, órgão responsável por fazer os acordos e revê-los. Vamos supor que eles não tenham conseguido cumprir o acordo. Quem pode aceitar ou não um novo acordo é o Copep. É isso está acontecendo.

Nós tivemos três reuniões do Copep e algumas câmaras setoriais que já apreciaram, possivelmente, em torno de trezentos e poucos processos. Parte deles foi aceita, parte não. Aí, depende de cada caso. Por que nós não colocamos? Porque não era preciso. Pode ser que o Copep entenda que é possível rever o acordo e, dali para frente, a regra está estabelecida.

Por que nós fizemos a opção única e exclusivamente pela escritura e pelo AID – Atestado de Implantação Definitiva? Porque a gente entende que, neste caso, ele está com o direito adquirido. Já está com a propriedade na mão. Então, não nos cabe rever isso, agora, para atrapalhar. É só essa a distinção.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	49		

O terceiro e último ponto que V.Exa. levantou é a questão do nosso decreto de Santa Maria. V.Exa. se lembra bem – eu não sei se foi no dia da minha posse, mas eu acho que dois dias depois – que me ligou e disse: olha, Valdir, eu estou com uma preocupação, porque eu estou recebendo aqui informações que me preocupam com relação a problemas que podem estar acontecendo em Santa Maria. Naquele instante, eu até disse a V.Exa.: eu estou me sentando aqui agora, me dê um tempinho para eu poder compreender, e a gente poder conversar melhor.

Realmente, em especial, no caso de Santa Maria, V.Exa. tinha razão, tanto é que eu não sabia, mas o Secretário Arthur chegou a instaurar uma comissão de apuração e notificou o Diretor da Polícia Civil com relação a denúncias que foram feitas de irregularidades logo após o decreto, porque havia alguns indícios de coisa errada que tinham saído num jornal, num *blog*, em algum canto.

O Diretor da Polícia Civil encaminhou isso para a DECAP – Delegacia de Combate aos Crimes contra a Administração Pública –, que abriu um procedimento. Há um inquérito instaurado. Aí, nós fomos, inclusive, oficiados – não sei se essa é a expressão – pelo Delgado da Decap, pedindo informações.

O Secretário Arthur nomeou essa comissão no dia 21 de março, mas, no dia 28 de março, ele acabou exonerando todos. A gente não tinha mais a comissão. Eu não sabia, eu não tinha absolutamente nada disso.

Imagine o senhor, Deputado Wasny de Roure, que ligou para mim dois dias depois, preocupado com essa situação – porque o senhor me ligou preocupado justamente com isso – me alertando, sabendo, conhecendo-me como o senhor me conhece, o senhor estava, inclusive, me alertando: olha, vamos ter cuidado, olha isso aí, eu estou preocupado.

Lembro-me que o senhor disse: eu o conheço, sei que o senhor é sério, cuidado com isso aí. E aí eu fui atrás, e realmente estava confuso, mas as informações desconstruídas. Eu recebi também a visita do Administrador de Santa Maria, que me colocou também algumas preocupações com relação ao que estava acontecendo, em cima de possíveis regularizações de terras, em cima de Pró-DF.

O que eu fiz: eu pedi ao Administrador que botasse por escrito, porque eu precisava encaminhar ao Delegado da Decap, informei ao Delegado da Decap que os funcionários todos tinham sido exonerados no dia vinte e oito, foram nomeados no dia vinte e um, no dia vinte e oito foram embora. Não tinha nada, eu não consegui apurar nada, eu não consegui entender o que estava acontecendo.

Essa foi a primeira parte, por isso foi um primeiro instante, para a gente se debruçar e entender o que estava acontecendo. Esse decreto, assim como o decreto feito lá para São Sebastião, assim como foi o decreto feito para o Polo de Modas do Guará, nós estamos encontrando uma dificuldade na sua execução. Nós reconhecemos a boa intenção do Secretário Arthur, possivelmente, nesse anseio de que acabamos de ouvir, de regularização, de pessoas que estão ali há vinte, trinta anos. O problema é

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	50		

que precisamos fazer essa separação, Deputado Wasny de Roure, que eu acabei de lhe dizer. A regularização fundiária não tem nada a ver com o Pró-DF.

Este decreto diz: vão ter acesso todos que estiverem lá, e tal, ao benefício do Pró-DF. No entanto, lá diz: tem que seguir as regras do programa – é um primeiro inciso. Uma das regras do programa diz que, se o terreno estiver ocupado, ele não é passível de benefício. Não quer dizer que o senhor não possa ter a propriedade, mas nós não podemos oferecer benefício para um terreno que já está ocupado. Quando a gente identifica em uma vistoria que o terreno está ocupado, imediatamente a gente devolve para a Terracap, para que a Terracap proceda à venda direta, seja no que for. Então, nós estamos encontrando dificuldade porque nós estamos lidando – em Santa Maria, em São Sebastião e no Polo de Modas do Guará – com pessoas que estão lá há muitos anos. O que elas precisam é ter a regularização da sua terra. Depois da regularização da sua terra, nós podemos pensar em benefício, mas, se ela não tem a regularização, eu não posso fazer benefício. Então, nós estamos tendo dificuldade na implementação. Por que? Porque nós não estamos encontrando isso.

Agora, Deputado Wasny de Roure, o senhor que conhece bem o Ministério Público, o senhor sabe que um ato administrativo que for feito com amparo em uma ilegalidade, vamos dizer, ou sem amparo legal é passível de improbidade administrativa. Seria irresponsabilidade de minha parte se eu fizesse, primeiro, por mim, porque que estaria tendo risco da improbidade, mas, segundo, eu estaria fazendo o que muitos fizeram com os senhores que estão aqui: prometendo o que não podem cumprir, porque, no outro dia o Ministério Público, vai lá e derruba, e o direito que os senhores acham que conseguiram vão perder.

Eu não posso ter a irresponsabilidade de fazer o que eu não posso fazer. Os empresários que me visitam sabem, já me conhecem, eu sou muito sincero. O que pode fazer eu faço, e vou lutar até a última gota de sangue que eu tiver pelos empreendedores do Distrito Federal, porque essa é a minha vocação, eu fiz isso durante anos, não vou deixar de fazer agora. Mas não vou cometer a irresponsabilidade de prometer o que eu não posso fazer. Isso os senhores tenham a certeza que de mim os senhores vão ouvir isso. Os senhores nunca vão ouvir de mim uma promessa que eu não possa cumprir. Nesse caso, é essa a situação.

Ontem, o Presidente da Associação Comercial de São Sebastião esteve comigo lá, juntamente com os empresários, eu expliquei isso a ele: estude isso juridicamente, porque se você encontrar um caminho, não sou eu quem vai atrapalhar. Agora, eu entendo que um decreto não pode mudar uma lei, eu tenho que cumprir a lei, e o senhor, Deputado Wasny de Roure, sabe disso.

Agora, se tiver uma forma legal de resolver, não tem problema, mas regularização fundiária da forma como está, nós não vamos fazer, porque, se nós fizermos, nós vamos responder em cima de uma ação de improbidade, e os senhores vão ter os direitos cassados, porque não é um ato que está amparado dentro da legislação vigente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	51	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Sr. Valdir.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA – Sr. Secretário, mais uma vez, me dirijo a V.Exa.

Qual é a preocupação? Ao mesmo tempo em que o decreto fala que vale quem está lá, o senhor chega aqui e fala que não pode dar benefício para um lote que está ocupado. Como fica a situação do empresário que não construiu, porque respeitou a legislação, mas que, no entanto, está sendo excluído do processo? Quando a Secretaria de Desenvolvimento Econômico vai fazer a vistoria, ele não está na área, mas ela também não vai no endereço onde ele está funcionando. Como fica a situação? Isso cria uma insegurança jurídica muito grande para o empresário. Só gostaria que V.Exa. pudesse esclarecer esse ponto porque eu vejo duas coisas: o decreto fala uma coisa e a lei fala outra. No entanto, percebemos que nesse todo os empresários que realmente respeitaram a legislação estão sendo prejudicados.

Outra questão também, com relação ao projeto de lei que está na Casa. Não seria mais interessante que já fossem previstos no próprio projeto de lei alguns parâmetros que pudessem já tirar essas arestas porque levamos mais de vinte anos para se chegar a esse patamar.

Então, parabéns ao senhor por estar tendo a iniciativa de chegar até aqui. Se, de repente, isso não for corrigido agora – para mim esta é a oportunidade –, quem garante que daqui a alguns anos vai ser revista essa situação para as pessoas que estão em uma situação que não foi regularizada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Com a palavra o Sr. Valdir. Obrigado, Deputado Lira.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Deputado Lira, vamos lá.

Para os casos em que o lote não está ocupado, esses não estão no exemplo que eu acabei de lhe dar. Se o lote está vazio – peço até a ajuda da minha equipe técnica para eu não falar bobagem aqui –, é da Terracap e nós temos um empreendedor em condições de ocupar, ele é passível de benefício. Esse não está fora. Nós estamos falando aqui do impedimento da maioria. A maioria, na verdade, está há vinte anos sustentando a sua família, já estão lá dentro. Eles já construíram sem terem esse rito que eu acabei de lhe dizer. A legislação me diz que, se não foi cumprido o rito, ele não é passível de benefício. Então, eu não posso oferecer o Pró-DF para quem se instalou.

Então, vamos lá. Nós temos um empresário lá em Santa Maria que foi enganado ou alguém que de forma indevida entregou uma autorização, que é nula, para que ele pudesse, como a gente chama, “cair para dentro do terreno” e construir o seu galpão, a sua empresa. E assim ele fez. Na legislação e no olhar de hoje, ele invadiu um espaço público. Quem ocupou um espaço público da forma irregular, pela legislação, não é passível de benefício, o senhor me entende?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	52	

Então, nesse caso que o senhor está dizendo, nós não vamos ter o impedimento. Se o lote está vazio, se o lote é da Terracap, se a Terracap disponibilizá-lo para o programa de benefícios e se o empresário tiver em condições de ter acesso, ele vai seguir o rito que eu lhe disse. Com esses não temos dificuldade. A dificuldade é para quem entrou no lote e construiu. Por quê? Porque este é considerado, sob os olhos da legislação, um invasor, ele fez uma ocupação irregular. Podem usar o nome que quiserem, vamos usar ocupação irregular, para não sermos pejorativos, porque às vezes ele pode ter feito isso na boa intenção, mas ele fez uma ocupação irregular. Se ele fez uma ocupação irregular, ele não é passível de benefício, mas é passível de regularização. A Terracap pode vender para ele, ele só não vai ter acesso ao Pró-DF, porque não pode, o senhor compreendeu?

Por isso que não podemos colocar neste projeto nada de regularização fundiária porque ele não trata disso. E essa questão de regularização fundiária é muito mais complexa do que o Pró-DF. Se a gente tratar disso neste projeto de lei, o que vai acontecer é que nós vamos prejudicar os empresários que já estão na boca para resolverem o seu problema.

Gente, vamos resolver por partes, vamos dar chance para aqueles empresários que estão com a escritura há cinco anos na mão. Nós temos empresários, Deputado Lira, que estão há cinco anos com a escritura na mão, e o Estado não está dando a liberdade para ele tocar a sua vida. Então, vamos salvar esses casos nesse primeiro instante e vamos tentar construir soluções futuras – para benefícios. Para regularização de terra, não é na secretaria, é em outro canto que vocês vão ter que conversar.

Não sei se esclareci.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Dr. Valdir.

O senhor, por gentileza – para a gente poder passar para os demais.

SR. JORGE ALEXANDRE – A gente apresentou proposta para a secretaria, em documento, com a forma de resolver essa questão do lote ocupado, e eu vou complementar. Com relação aos lotes que precisam de regularização fundiária para o governo indenizar os verdadeiros antigos donos, é uma outra situação; nessa situação nós não entramos. Por outro lado, os lotes que estão ocupados, que querem Pró-DF sem poder, em cumprimento à lei, que se licitem. Foi essa a proposta que nós fizemos. Foi essa.

Por outro lado, eu gostaria também de contribuir, até citando a situação que aconteceu conosco em 1996, capitaneada pelo Deputado Wasny de Roure, que estava aqui agora há pouco. Com relação à regularização fundiária, qual foi a ação do Deputado? Envolveu o Governador; levou o Bassul, que era da Terracap; levou o Philippe Torelly, que era do IPDF – Instituto de Planejamento Territorial e Urbano do DF, que fazia o parcelamento; levou o Tom Rebelo, que era Secretário de Desenvolvimento Econômico; levou o Administrador André Luís, que era administrador

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	53	

regional; eu, como Presidente da Soma – que a gente criou aquela área de lá. O próprio Deputado Wasny de Roure esteve lá, e o governo assinou um compromisso – eu tenho esse documento até hoje – se responsabilizando...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. JORGE ALEXANDRE – É porque...

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Você pode ser um pouquinho mais breve, porque nós temos que dar andamento nas falas?

SR. JORGE ALEXANDRE – É por isso que eu queria a presença dele como testemunha.

Responsabilizando-se com regularização fundiária e até mesmo aplicação do incentivo. Foi isso que aconteceu. É por isso que eu estou discordando – o senhor está falando diversas vezes com relação ao problema fundiário, que são coisas totalmente diversas do incentivo. Concordo com o senhor.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Ok.

SR. JORGE ALEXANDRE – Por outro lado, seria a mesma forma que deu certo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Antes de passar – o João também se inscreveu, Samuel, daqui a pouquinho eu passo –, eu tenho que dar andamento aqui aos componentes da Mesa. Eu volto para vocês dois, depois o meu amigo João Carlos Lóssio.

Sr. Gerente Comercial da Terracap, Leonardo Batista, convidado para fazer uso da palavra.

SR. LEONARDO BATISTA – Boa noite a todos.

Só quero endossar as palavras do nosso secretário e agradecer por estreitar relacionamento com a Terracap. Quero agradecer também ao Expedito e ao Luís Fernando, que estão lá conosco buscando a Terracap e o empresariado para poder resolver todos esses tipos de problemas.

A gente sabe que os problemas são muitos. Para se ter uma ideia da magnitude desse programa, de 2003 até hoje, já foram comercializados imóveis que, se fossem vendidos a valores de contrato, já passariam de 1 bilhão de reais. Com o desconto, a Terracap abriu mão de receita de mais de 400 milhões, nesse período. Então você vê o tamanho do programa. É normal ter esse tipo de problema, e a gente tem que manter, doravante, sempre as portas abertas para esse tipo de debate, para sempre enriquecer o programa.

Eu não tenho mais nada a acrescentar às palavras do secretário, que abrangeram de forma bem completa o problema do programa. Se o empresário entrou no imóvel e não havia registro, esse é um problema fundiário. Lá não tem uma certidão de ônus. Consequentemente, nós somos impedidos por lei de celebrar um contrato.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	54	

Não dá para vender, para esse tipo de caso, não atende. Então primeiro a gente tinha de ir junto à SEGETH – Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação, ao Ibram, para tratar do registro dessas áreas.

Fora isso, tem a questão da ocupação. A pessoa ocupou sem uma autorização, o programa é claro de que esse empresário está impedido de seguir com a regularização via Pró-DF. Qual seria a saída? Licitação, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, celebrada pela Terracap. Quando a gente faz isso, tem diversos empresários que vão lá reclamar que não tiveram um tempo para se preparar para participar. E nós estamos, infelizmente, atados por questões legais ou contratuais.

Além disso, eu acho que o programa poderia dar um passo para o futuro.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Se o lote entrou no programa, e a empresa teve algum problema que a descredenciou do programa... Indo ao processo de licitação, aquele imóvel não tem o direito de preferência, mesmo que ele tenha feito as benfeitorias e tudo mais?

SR. LEONARDO BATISTA – Tem. Se entrou no programa, tem o direito de preferência. Como funciona o direito de preferência? É um binômio. O empresário tem que comprovar que está ocupando. Então, a Terracap vai fazer uma vistoria. Tem que estar lá o empresário beneficiário. Ele não pode ter vendido. O contrato que ele assina com a Terracap deixa bem claro que é proibido ceder, emprestar, vender, alugar etc. Então, se é um empresário que está lá, se é uma empresa beneficiária, ela vai ter o direito de preferência.

O segundo é que tenha recebido um termo autorizador da ocupação que seja reconhecido pelo Estado, pela Terracap. Problema de Santa Maria: houve uma administradora que, de próprio punho, saiu dando termo de autorização. Ela tinha competência para isso? Não. Quem pode indicar uma área? A secretaria. Quem autoriza o empresário a ocupar o terreno? A Terracap, mediante o contrato de concessão. Então, nesses casos, sequer o direito de preferência tem.

Então, pelo tamanho do programa e por diversas realidades por Região Administrativa, acho que a gente poderia manter esse canal aberto com as diversas secretarias – não envolve só a SEDICT – Secretaria de Estado de Economia, Desenvolvimento, Inovação, Ciência e Tecnologia nesse caso –, com a Terracap e com os representantes do setor produtivo para paulatinamente, por região, ir tratando realidade por realidade. A realidade de São Sebastião não é a mesma do Polo JK em Santa Maria, a do Polo JK não é a mesma do pessoal lá da Quadra 419 de Santa Maria. São realidades distintas. A do Gama – está ali o Frazão – é outra realidade, em que no passado, a secretaria indicou terrenos que não tinham infraestrutura. Ficaram mais de dois anos esperando a implantação de infraestrutura.

O próprio empresário, às vezes por desconhecimento, aceitava receber o imóvel sem infraestrutura, imaginando: "A Terracap tem dinheiro, vai colocar infraestrutura, depois eu instalo." Demorou mais de doze anos! Houve caso em que a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	55		

secretaria indicou o terreno, e a Terracap vendeu por licitação depois que implantou a infraestrutura. Quem tem a razão? Quem tinha a indicação ou quem comprou por licitação?

São diversas as realidades do programa. Essa discussão aqui é de extrema importância para enriquecer o programa. Esses projetos que estão aqui tratam de uma realidade do programa que precisa ser resolvida. E cada uma aqui já explanou as diversas outras realidades que precisam ser também discutidas e atacadas paulatinamente.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu que agradeço a você, Dr. Leonardo. Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Sr. João Carlos Lóssio.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o nosso Presidente Wellington Luiz, nosso colega de Polícia Civil, e fazer uma pergunta ao secretário.

Nós tivemos hoje uma reunião no Pró-DF de São Sebastião, convocada pela Associação Comercial, em que o próprio Presidente Júlio Carvalho perguntou em público aos empresários quem gostaria que fosse feito o pleito de estender o prazo da entrega da documentação, que foi prorrogado para 31 de dezembro deste ano. Está havendo uma dificuldade muito grande, primeiro pela crise, pela situação do setor.

Queria saber se teria condição de prorrogar o prazo por mais um ano, por mais seis meses, diante da dificuldade, da complexidade de São Sebastião, que é uma área que não era escriturada e que gerou várias situações diferentes. Há áreas que foram invadidas. Há situação em que a empresa está lá há muito tempo, mas não era empresa beneficiária, era empresa que invadiu. Há uma série de complicadores, então o pessoal está com dificuldade de conseguir todas as certidões, pela crise deixou de pagar um imposto, está com dificuldade de pagar outro. Então, está havendo uma dificuldade de cumprir esse prazo e nós já estamos em 18 de outubro. Em mais sessenta e poucos dias o prazo esgota. Muitos empresários podem ficar prejudicados por isso.

Eu gostaria de fazer um pleito no sentido de a secretaria verificar a possibilidade de estender esse prazo. É uma demanda de todos os empresários de São Sebastião hoje na reunião que houve pela manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Sr. João Carlos Lóssio, meu amigo de batalha da nossa gloriosa Polícia Civil.

Concedo a palavra ao Secretário Antônio Valdir Oliveira Filho.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Dr. João, boa noite. Eu recebi o Presidente Junior Carvalho, ontem, e ele me formalizou esta solicitação, e eu já a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	56	

encaminhei à área técnica para fazermos a análise. Eu posso lhe adiantar que se o problema for só este, da apresentação, e se for um ato administrativo da secretaria, eu não terei dificuldade em fazer. É porque lá nós temos – na verdade acabou sendo muito pauta do nosso encontro – problemas mais complexos que este e que precisam ser resolvidos. Mas eu posso lhe garantir, Dr. João, que se for só este o problema, seguramente faremos lá uma prorrogação. Nós só temos de ver outras questões do decreto que estão sendo analisadas pela Procuradoria. Mas quanto a isto não será problema. Se for só este o problema a gente consegue fazer a prorrogação.

A solicitação foi protocolada ontem na secretaria, e eu já encaminhei à área técnica para que a gente possa fazer uma análise o mais rápido possível.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Agradeço, Secretário. Com certeza o senhor terá a sensibilidade política, porque são vários anos, são vinte anos ou mais. E um ano a mais e um ano a menos para o pessoal se organizar, diante da crise econômica que nós estamos passando, será de muita importância.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Dr. João, mais que sensibilidade política, eu sou um homem de sensibilidade empreendedora. Eu entendo bem.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Com certeza. Eu tenho certeza de que o pleito vai ser aprovado por V.Exa.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Dr. Valdir. Obrigado, meu amigo João.

Justificando a saída antecipada do nosso Presidente, Deputado Joe Valle, que precisou se ausentar devido a um compromisso marcado no Senado com o Senador Cássio Cunha Lima. Mas nós vamos ficar aqui. Estão quase concluindo.

Convido a fazer uso da palavra o Sr. Procurador Administrativo da Procuradoria Geral do Distrito Federal, Sr. Walfrido Frederico Cabral Dias.

SR. WALFRIDO FREDERICO CABRAL DIAS – Boa noite a todos. Sr. Presidente, na pessoa de quem cumprimento os membros da Mesa e a todos os presentes.

Bom, eu acredito que o Secretário Valdir em sua explanação detalhou muito bem o que é o objeto do projeto. Eu queria fazer uma colocação apenas em relação à funcionalidade do projeto, que foi muitas vezes colocado aqui por alguns Deputados e por outros participantes também.

Eu funciono como AJL – Assessoria Jurídico Legislativa hoje da Secretaria, designado pela Dra. Paola, Procuradora-Geral do Distrito Federal que represento aqui nesta sessão. E durante as discussões que foram realizadas no curso do desenvolvimento deste projeto, a funcionalidade dele permeou essa discussão o tempo todo. Por quê? A gente tem um modelo, como o Secretário explanou, do Pró-DF II, no qual houve uma alteração interpretativa, vamos colocar assim, como vem sendo dito,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	57

a partir da edição deste decreto em 2015. Acontece que o entendimento da Procuradoria é que isso não foi uma mera mudança interpretativa. A interpretação da Procuradoria sempre foi a partir deste decreto, de que esta obrigação de cumprimento da meta de geração de empregos sempre existiu. Na realidade, ela não estava sendo observada antes do decreto de 2015, mas desde o surgimento do Pró-DF II; e aí que vem a grande diferença do Pró-DF I para o Pró-DF II, que foi o surgimento de uma obrigação do cumprimento de meta para geração de emprego.

Agora, a praxe administrativa que veio sendo realizada pela Secretaria, mesmo após a introdução do Pró-DF II à nossa realidade jurídica, não foi alterada. A Secretaria continuou trabalhando como se não tivesse havido alteração legislativa. Então, por esta razão, continuou-se a não se exigir o cumprimento da meta de cinco anos. E isso só veio mesmo a ser efetivo a partir da edição do decreto em 2015.

Do ponto de vista da Procuradoria, esta obrigação é anterior ao próprio decreto. Só nunca foi exigida. Não esteve nos atos administrativos da Secretaria, não esteve nos contratos celebrados com a Terracap, e em nenhum momento isto foi colocado para os empresários que obtiveram o benefício antes da edição desse decreto.

Por essa razão é que, nos debates, a gente chegou ao convencimento de que não haveria nenhum tipo de vício de constitucionalidade nesse projeto, em reconhecer que aqueles empresários que obtiveram o benefício antes da edição desse decreto não estavam vinculados a essa geração de empregos, a essa meta. Por quê? Por uma questão de boa-fé, pela ausência da exigência dos próprios contratos que celebraram para a concessão de direito real de uso.

Então, a discussão de constitucionalidade foi profunda. Houve a participação de advogados da iniciativa privada, a minha participação, a participação da equipe técnica toda. O nosso convencimento ao final, após esse longo debate que foi realizado em mais de oito reuniões pelas quais passamos, como hoje, a tarde inteira discutindo o projeto, foi este: não haveria nenhuma questão constitucional a viciar o projeto.

O questionamento pelo Ministério Público pode haver. O convencimento do Superior Tribunal de Justiça pode ser diferente. Eventualmente, pode. Quer dizer, a gente não tem a palavra final nessa matéria, mas a nossa convicção é de que não há esse tipo de vício no projeto. Essa era a única colocação que eu gostaria de fazer, sendo breve, pelo adiantado da hora.

Cumprimento a todos. Agradeço o convite que foi feito, realmente foi uma experiência diferente para mim. A gente vê a Câmara funcionando numa audiência pública, a riqueza que é, as colocações que são feitas, como isso pode inspirar soluções no encaminhamento dos problemas da cidade.

Obrigado, Sr. Presidente, pela participação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	58	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Dr. Walfrido. Nós é que agradecemos, até porque isso dá tranquilidade para nós, Deputados, podermos votar o projeto com tranquilidade. Independentemente das convicções políticas, as questões jurídicas são afetadas numa votação. Então, para nós, é sempre muito importante quando discutimos as questões de legalidade e juridicidade, que são importantes em todos os projetos. Muito obrigado.

Para concluir, concedo a palavra ao Samuca. O Dr. Valdir poderá responder, caso a pergunta seja para ele.

SR. ANTÔNIO BENJAMIN SAMUCA – Agradeço, mais uma vez, a oportunidade. Eu gostaria, secretário, de dizer que nós, desde o início, primamos e defendemos a legalidade. Nos processos que nós defendemos, no anseio de conquistar a regularidade do lote, àqueles que tiveram a oportunidade foram dadas autorizações que o senhor colocou que não têm valor jurídico.

Eu quero lembrar que, em cima dessas autorizações jurídicas, à época, em 1998, se não me engano; não, em 2006, precisamente, nós impetramos um mandado de segurança para resguardar o direito daqueles empresários que estavam sendo molestados até com as máquinas em cima, para demolir. E nós ganhamos em terceira instância. Hoje esses empresários que estão nas avenidas principais de Santa Maria, a Avenida Alagados e Avenida Santa Maria, estão, como o senhor colocou, com as suas escrituras.

O que eu percebo aqui é que esse projeto vem para quem já tem o direito líquido e certo, na minha visão, mas se eu estiver errado, tudo bem. Para quem já tem a escritura, para quem assinou a implantação do projeto. Minha preocupação é com os mais de 430 empresários que estavam prestes a regularizar sua situação. O senhor colocou muito claramente que não existe Pró-DF em Santa Maria. Não foi isso que nos passaram quando criaram Santa Maria. Não foi isso que nos passaram nos governos sucessores. Não foi isso que nos passaram com o nosso atual Governador. E aí só tem no Polo Jk. Nós temos uma extensão na 219, nós temos uma na 319, que é um problema, é um imbróglio que tem que ser resolvido. Nós temos um problema na 419. Certo?

Quanto à preocupação nas avenidas, vários empresários já resolveram o problema através do Pró-DF. E os demais, que não resolveram? É o meu caso. Estou lá, no mesmo lote, desde a criação de Santa Maria. Quando foi assinado esse decreto, Secretário, como eu disse, eu vendi várias coisas para parcelar os impostos e levar todas as certidões negativas que me foram exigidas. Eu levei, mas não valeu nada. Eu ouvi de alguém que se aquele prazo vencesse nós seríamos cobrados em outras certidões.

Para fechar, eu queria dizer que esse projeto poderia ser estendido um pouquinho para ver essas questões. Quando o senhor diz que vai resolver a questão dos que já assinaram a implantação do projeto, dos que já detêm a escritura definitiva

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

do imóvel, nós ficamos à margem. Nós poderíamos ser incluídos, ou então poderíamos estudar uma forma, como o colega da Terracap mencionou, de fazer, deputados presentes, um projeto, se for o caso, de uma licitação dirigida para aqueles empresários que estão lá na posse mansa, passiva e executiva do lote, trabalhando ativamente, como o senhor falou. Nós não defendemos aqueles que invadem lote, aqueles que estão especulando lote. Pelo contrário, nós somos combativos desse tipo de ilicitude que acontece – não só em Santa Maria – porque isso prejudica o processo como um todo.

Então, eu gostaria dessa atenção.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Concedo a palavra ao Secretário de Economia e Desenvolvimento Sustentável, Antônio Valdir Oliveira Filho.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Como a gente já explicou aqui, são assuntos distintos. Eu reconheço a sua angústia, bem como a de todos que estão lá, a sua ansiedade. Eu entendo o seu problema, mas neste caso específico que é do programa, do Pró-DF, do benefício, ele não alcança a regularização fundiária. Então, não adianta a gente atropelar as coisas, não vamos conseguir o caminho adequado. Nem eu vou resolver o seu problema, nem vou resolver o problema dos outros. Por isso a proposta é a gente separar, você tem toda a razão.

Nós estamos indo, não com o direito líquido e certo. Se fosse um direito, tudo estaria resolvido, não precisava a gente fazer o que está sendo feito. Mas nós estamos iniciando a regularização, primeiro, por aqueles que têm uma situação jurídica mais de senso comum. As pessoas entendem melhor essa situação, tanto é que já temos decisões judiciais favoráveis a esses empresários.

Eu volto a dizer que, nesse caso, estamos envolvendo micro, pequeno e médio empresários. Estão todos, não somente os grandes empresários. Isso serve para todos eles. Muitos pequenos empresários estão com isso na mão e não podem ter sua situação regularizada. Então, nós estamos indo pelo mais fácil, o senhor tem razão, com aqueles que têm uma situação jurídica de senso comum, que as pessoas já estão aceitando.

O caso de vocês em Santa Maria, se o senhor me permite, eu acho que nós precisávamos ter um debate a mais com relação à regularização da sua titularidade da terra. Tinha que ter uma forma de vender esse espaço para aqueles que estão ocupando.

E o senhor tem toda a razão: se o senhor implantou o seu negócio há 28 anos e está sustentando a sua família, o senhor tem todo o direito de ter acesso a essa titularidade da terra. É justo que o Estado procure isso, mas isso não tem nada a ver com o programa. Às vezes, a gente confunde as coisas e tenta buscar, via programa, a regularização da terra, o que não faz sentido, porque não foi feito para isso. O Pró-

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA		60

DF foi feito para estimular o empreendedorismo. Nesse caso, o senhor já está há vinte e oito anos lá tocando o seu negócio, sustentando a sua família. O que o Estado tem que buscar – e ele tem feito isso, a Terracap tem feito isso – é a venda direta a vocês.

O Jorge – pena que ele não está mais aqui – disse: “Nós fizemos uma proposta para que então fosse mandado para licitação”. Mas nós fazemos isso! Quando o empresário que está atendido, ou seja, aquele lote foi destinado ao programa, o benefício foi direcionado, mas está com problema, não está caminhando, quando ele chega à secretaria e diz que prefere ter acesso, que prefere comprar, nós devolvemos o lote para a Terracap, e a Terracap faz a venda para a pessoa, porque não tem dificuldade nenhuma de fazer isso.

Então, a regularização da terra dos senhores tem que ser feita com a Terracap, só não pode ser feita pelo programa, porque o programa não foi feito para isso. Entendeu, Samuel? É isso que estou tentando explicar a vocês aqui. Eu estou do lado de vocês, vou fazer o que for possível para ajudá-los. Eu só não posso fazer o que a lei não permite. A regularização de terras não pode ser feita via Pró-DF. É ilegal isso. Não posso fazer, mas seguramente a Terracap vai poder lhe atender. Eu até pediria à Terracap que visse se há uma alternativa para os nossos empresários lá de Santa Maria.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Dr. Valdir.

Aí é uma questão de competência, são esferas distintas.

Passo a palavra ao Sr. Leonardo Batista.

SR. LEONARDO BATISTA – Voltando à questão licitatória, se o imóvel é ocupado sem autorização, a gente pode hoje, mediante pedido de qualquer um do povo... A Terracap, no térreo, tem uma divisão de atendimento. Basta pedir a inclusão do imóvel em licitação que ele entra em certame. Não precisa nem envolver a secretaria.

Segunda coisa, para regularizar esse tipo de ocupação que já tem mais de vinte anos, eu não vejo outra saída que não um novo programa. Até pedindo desculpa por divagar, quem sabe um Proslcrite-DF, um procedimento licitatório para imóveis ocupados cujo vencedor entra no programa. Se o ocupante não foi o vencedor, o vencedor discute com ele as questões da benfeitoria; passa a benfeitoria para o vencedor da licitação, e ele adere ao programa. Mas isso é outra legislação, não é o que está sendo tratado aqui hoje. Só dando uma ideia.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É algo interessante a se pensar, muito bom.

Para encerrar, Dr. João Carlos Lóssio.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – A minha pergunta era parecida com a que foi respondida pelo Dr. Leonardo. Hoje, numa reunião lá em São Sebastião, estavam muitos empresários que já estão no programa há muitos anos e não conseguiram

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	61	

regularizar. Na verdade, a pessoa quer participar do programa, mas quer regularizar e ter a segurança jurídica de ter a propriedade, o domínio da terra. Lá tem várias situações, como teve em Santa Maria: uma pessoa ocupou com autorização, falha ou não, da administração pública, da administradora. Há uma legalidade tácita e uma boa-fé do empresário. O empresário ocupou lá, trabalhou um tempo, não conseguiu, quebrou, tem sua loja, às vezes, está até morando lá, está parado, mas quer adquirir o terreno. Tem pessoas que entram lá com autorização do Estado; outras, com autorização falha; outras foram invadidas. Então, tem várias situações.

Essas pessoas querem adquirir a propriedade. Qual é o critério de aquisição? O senhor explicou, mas... E o direito de preferência de quem está lá? Quais seriam as situações em que se teria o direito de preferência?

SR. LEONARDO BATISTA – Hoje, o direito de preferência infelizmente tem que obedecer ao binômio que citei aqui anteriormente: a pessoa tem que ter um documento autorizador da ocupação emitido por autoridade competente e reconhecido pela Terracap. Administrador regional tem poder para autorizar alguém para ocupar terreno que não é da administração regional? Não tem.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Mas a pessoa...

SR. LEONARDO BATISTA – Mas ele é incompetente.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Mas ele ocupou lá, ele não tem direito de preferência, mas está ocupando lá há 20 anos.

SR. LEONARDO BATISTA – Não tem direito de preferência.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Não tem. Vai entrar em licitação comum. Adquiriu, perdeu, vai negociar com quem comprar para vender as benfeitorias?

SR. LEONARDO BATISTA – Até 2012, o direito de preferência na Terracap era regido pelo marco temporal. Se você comprovasse que estava lá ocupando há 5 anos, você tinha o direito de preferência. O que isso fazia? Regularizava a invasão, privilegiava a invasão. Então, a Terracap, de 2012 para frente, mudou essa regra. Como é que a Terracap adota? Tem que estar ocupando e tem que ter sido autorizada a ocupação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Perfeito.

SR. LEONARDO BATISTA – Não, ele tem o direito de preferência. Então, a benfeitoria, se ele está comprando, é dele. Agora, se houve um contrato de concessão... Noventa e nove por cento dos contratos de concessão firmados com a Terracap, incluindo aí os do Pró-DF, estabelecem que, se ele perdeu o incentivo econômico, não der continuidade ao programa e, via de consequência, a aquisição do terreno, ele vai perder as benfeitorias em favor da Terracap. Então, quando a Terracap for colocar em comercialização esse terreno, a gente tem que avaliar terreno e benfeitoria. Quem comprar levará tudo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
18 10 2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Como é que é? Eu não entendi. Vai perder a benfeitoria que fez?

SR. LEONARDO BATISTA – Nos contratos de concessão firmados com a Terracap, 99% têm essa previsão.

SR. JOÃO CARLOS LÓSSIO – Eu acho errado. Eu acho que é enriquecimento da administração pública em relação à ocupação.

SR. LEONARDO BATISTA – Aparentemente, todo mundo vem com esse argumento, mas isso não é um locupletamento ilícito. Isso é prática adotada no mundo civil por todo mundo. Porque como é que funcionaria? Se é um contrato de concessão, o que a Terracap está passando? O terreno.

Se o empresário não conseguiu se implantar, o que ele teria que devolver à Terracap? O terreno. É como se, no final do contrato, a gente falasse para ele: agora, você vai ter que arcar com a demolição e a limpeza do terreno. Então, como forma de não ter mais esse ônus para quem já não conseguiu se implantar, vem tudo como benfeitoria. Isso é prática adotada no mundo civil.

Eu dou três exemplos aqui: a Thomas Jefferson do Lago Sul foi assim. Não há judiciário que considere isso como enriquecimento ilícito, pois isso é prática do mundo civil. A Faculdade LS, em Taguatinga, que é entre particulares, ela alugou dois terrenos de dois proprietários diferentes e fez uma obra só. Eles têm ciências de que, ao final do contrato, as benfeitorias são dos dois. Como é que eles vão dividir um prédio só, de três ou quatro andares, onde funciona uma faculdade, seja um andar integrado? Como é que os dois lá vão dividir? Problema dos dois que estão herdando com aquilo.

Então, a seriedade do programa, quando um empresário adere, ele tem que estar atento a tudo isso. Se ele não conseguir levar o programa até o final, ele tem que ter ciência de exercer uma atividade para, pelo menos, tirar o prejuízo dele da construção. Isso faz parte dos cálculos, das contas que o empresário tem que fazer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Dr. Valdir pediu para fazer uso da palavra antes de encerrarmos.

SR. ANTÔNIO VALDIR OLIVEIRA FILHO – Deputado Wellington Luiz, eu queria, neste instante, só fazer um agradecimento à Deputada Telma Rufino e, em especial, ao Deputado Bispo Renato Andrade, que aqui não esteve, porque foram os dois Deputados que fizeram o pleito desta audiência pública. Todos os outros Parlamentares acabaram se envolvendo com isso, mas agradeço, em especial, ao nosso Deputado Bispo Renato Andrade e à Deputada Telma Rufino pela oportunidade que tivemos de fazer os esclarecimentos.

Estaremos sempre à disposição, Deputado Wellington Luiz, todas as vezes que precisarem para virmos aqui para esclarecermos e mostrarmos nossas ideias e o que estamos construindo.

Muito obrigado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião		Página
18	10	2017	15h05min	94ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Dr. Valdir.

Eu agradeço a todos. Acho que foi, apesar de longa, uma tarde e início de noite extremamente satisfatórios. Com certeza absoluta, nós, Parlamentares, a partir de agora, podemos tomar melhor decisão depois de ouvirmos tantas pessoas experientes e preparadas para nos ajudarem na melhor decisão.

Neste momento, eu gostaria de agradecer a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e demais convidados.

Declaro, assim, encerrada esta comissão geral, bem como a sessão ordinária que a originou.

Muito obrigado. Fiquem com Deus e um forte abraço.

(Levanta-se a sessão às 19h20min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Coordenador: Claudinei Pimentel Mota

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br